



DL-01

Ses. Esp. 27/05/11

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Bom-dia a todos.

Em nome de Deus, na Bahia – é inevitável – de todos os santos, encantos e axés da nossa terra, declaro aberta a sessão especial que homenageia os profissionais do serviço social, portanto os assistentes sociais. Todos sabemos que a comemoração se dá no dia 15, mas esta Casa faz a homenagem hoje a esses profissionais.

Também iremos debater a lei que reduziu a carga horária para 30 horas semanais sem redução salarial, que foi sancionada ainda no governo passado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Como todos nós sabemos, há uma série de interpelações judiciais por parte de representantes de órgãos prestadores de serviço do capital privado e, infelizmente, por muitas procuradorias de estados.

Esta sessão proposta por mim, que presido a Frente Parlamentar de Defesa da Assistência Social, quero iniciá-la compondo a Mesa, convocando presenças que ilustrarão a sessão.

Convido o Exmº Sr. Secretário de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza e presidente do Conselho Estadual de Assistência Social, Carlos Brasileiro (palmas); a Srª Rosa Prêdes, conselheira fiscal do Conselho Federal de Serviço Social (palmas); a Srª Aricelma Pereira, assistente social e diretora da Fundação da Criança e do Adolescente – parabênizo o secretário Carlos Brasileiro por ter convidado pela primeira vez uma assistente social para dirigir esse órgão (palmas); a Srª Isabel Cristina, presidente do Conselho Regional de Serviço Social do Estado da Bahia (palmas); a companheira Marcela Silva, coordenadora do Grupo de Trabalho de Serviço Social na Educação da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (palmas); o Sr. Adilton Ferreira, representante do Conselho Municipal de Assistência Social (palmas); o Sr. Emanuel Messias Lima, coordenador da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social. (Palmas)

Convido o coral Canto de Todo Lugar, composto por funcionários da Setre e da Sedes, e aproveito para parabenizar ao secretário Carlos Brasileiro pela possibilidade da



vinda do coral e do apoio, que é tão importante, a essa boa turma que nos irá presentear com uma apresentação.

Selma, que não defende a categoria, está lembrando que também há assistentes sociais no coral. (Palmas)

(Apresentação do coral.)



1012-I

Ses. Esp. 27/05/11

Or.Yulo Oiticica

Dia do Assistente Social.

(Apresentação do coral Canto de Todo Lugar.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Agradeço, mais uma vez, ao maestro Magno Aguiar e o parabenizo pelo bom trabalho.

Irei à tribuna para falar, como proponente desta sessão.

Antes, porém, convido a Sr^a Liana Leite Garcia, gerente do Departamento do Serviço Social da Assembleia Legislativa, já pedindo a Deus a sua breve recuperação.

O Sr. YULO OITICICA:- Mais uma vez, quero saudar a todos e a todas, agradecendo pelas presenças.

Quero cumprimentar a Mesa, o nosso secretário Carlos Brasileiro, lembrando a vocês que o nosso secretário também é um dos pares desta Casa, eleito deputado estadual. Mas, de forma muito corajosa e competente, deixou a Assembleia Legislativa momentaneamente para assumir esse cargo tão importante, para enfrentar a desigualdade brutal social que reina na Bahia. Infelizmente, ainda somos o Estado de maior concentração de riquezas de um lado e, portanto, do outro lado, de maior concentração de pobreza.

Carlos Brasileiro, parabéns e boa sorte nesse desafio – tão importante para nós baianos e baianas – que você enfrenta compondo a equipe do nosso governador Jaques Wagner, como secretário.

Saúdo mais uma vez Rosa Prêdes, conselheira do Conselho Fiscal Federal de Serviço Social. Como diz a música, “E se quiser saber para onde vou/ Para onde tenha Sol / É para lá que eu vou”. Não está fazendo muito Sol estes dias, pelo contrário, mas Salvador está de portas abertas e agradece a sua presença.

Quero saudar mais uma vez a companheira Isabel Cristina, presidente do Conselho Regional que tem desempenhado um trabalho tão importante na articulação da categoria, na perspectiva de garantia e avanço dos direitos. E quero saudar mais uma vez nossa companheira Ariselma Pereira, assistente social e diretora da Fundac. Permitam-me



parabenizá-la de modo bem especial, pois fez aniversário ontem. Sou um homem de muita sorte.

Quero saudar também Marcela, nossa companheira que coordena o grupo de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo. Essa instituição tem estado na vanguarda desse trabalho tão importante de articulação do debate, formulando o papel do Serviço Social na escola.

Temos a perspectiva, Rosa, de aprovar o projeto de lei que tramita na Casa. E também estamos propondo ao governador do Estado que apresente a este Poder um projeto do Executivo no sentido de que o espaço sagrado da escola não seja somente para a educação formal, mas também do combate à violência na sociedade. E assim possibilite a presença de assistentes sociais nas escolas.

E mais uma vez saúdo o presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, nosso companheiro Adilton Ferreira; Emanuel Lima, coordenador executivo nacional dos estudantes – é tão importante essa articulação dos nossos estudantes, tendo em vista a ampliação extraordinária dos cursos disseminados em todo o Brasil. Na Bahia não é diferente, a maioria absoluta das nossas assistentes sociais, Rosa, foram formadas na Universidade Católica de Salvador, já que era a única escola de Serviço Social, a terceira do Brasil.

E quero saudar novamente a nossa companheira Eliane Garcia, dizendo que preservamos a sua saúde em primeiro lugar. Portanto, fique atenta aos horários da medicação.

Agradeço a todos que largaram suas tantas tarefas do dia a dia para estar aqui nesta homenagem e neste debate. Todos sabemos que no dia 15 de maio comemoramos, em todo o Brasil, o Dia da Assistente Social... Não consigo falar, Isabel, do assistente social... Selma sempre diz que tem de falar, mas não consigo, diante de uma categoria tão majoritariamente feminina.

Ontem, tive a oportunidade de dizer isso no encontro, e um assistente social disse que isso não feria o lado masculino dele, muito pelo contrário. Portanto, continuarei falando as assistentes sociais, com muita tranquilidade.



Mas a homenagem de hoje é na perspectiva de homenagear todos os profissionais, homens e mulheres, que atuam nessa categoria tão importante para a garantia dos direitos sociais e humanos.

(Lê) “Em 1988 ingressei nesta Casa para o primeiro mandato de deputado estadual. Logo coloquei o nosso mandato na perspectiva da defesa dos direitos humanos, por entender que defender os direitos humanos é defender a vida, a justiça e os interesses da classe trabalhadora. Entendo que o Parlamento era e é um instrumento de e para a luta.

Nesse percurso, muitas foram as lutas que travamos para garantir políticas públicas que consolidassem os direitos constitucionalmente garantidos.

É nesse cenário, envolvido na cena política do País, na atuação do dia a dia, que estão homens e mulheres, em cada canto do território baiano, atendendo, elaborando projeto, na política de saúde habitação, assistência, gestão, execução e conselhos de direitos, são eles, os assistentes sociais, as assistentes sociais.

São esses os elementos que me fazem mostrar a essa casa legislativa a importância da homenagem aos assistentes sociais que no seu exercício profissional buscam garantir que os direitos sejam acessados por todos e todas.

Sendo assim, quero que esta Casa registre o caminho percorrido pelo serviço social no Brasil na construção de uma sociedade mais justa. Uma profissão aguerrida, com solidez teórica, afinada com o pensamento social crítico e com um lastro percurso na defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, de nossa terra.

A profissão de assistente social surgiu no Brasil na década de 1930. O curso superior de Serviço Social foi oficializado no país pela lei nº 1889 de 1953. Em agosto de 1957, a Lei 3252, juntamente com o Decreto 994 de 15 de maio de 1962, regulamentou a profissão.

Hoje a profissão encontra-se regulamentada pela Lei 8662 de 07 de junho de 1993, que legitima o Conselho Federal de Serviço Social e Conselhos Regionais.

A profissão tem um caráter sócio-político, crítico e interventivo, que se utiliza de instrumental científico multidisciplinar das Ciências Humanas e Sociais para análise e intervenção nas diversas refrações da “questão social”, isto é, no conjunto de desigualdades



que se originam do antagonismo entre a socialização da produção e a apropriação privada dos frutos do trabalho.

Inserida nas mais diversas áreas (saúde, previdência, educação, habitação, lazer, assistência social, justiça, etc) com o papel de planejar, gerenciar, administrar, executar e assessorar políticas, programas e serviços sociais, o (a) assistente social efetiva sua intervenção nas relações entre os homens e as mulheres no cotidiano da vida social, por meio de uma ação global de cunho sócio-educativo e de prestação de serviços.

É uma das poucas profissões que possui um projeto profissional coletivo e hegemônico, denominado projeto ético – político, que foi construído pela categoria a partir das décadas de 1970 –1980 e que expressa o compromisso da categoria com a construção de uma nova ordem societária, mais justa, democrática e garantidora de direitos universais.

O Código de ética representa a dimensão ética da profissão, tendo caráter normativo e jurídico, delinea parâmetros para o exercício profissional, define direitos e deveres dos assistentes sociais, buscando a legitimação social da profissão e a garantia da qualidade dos serviços prestados.

Ele expressa a renovação e o amadurecimento teórico-político do Serviço Social e evidencia em seus princípios fundamentais o compromisso ético-político assumido pela categoria.

A emergência e institucionalização do Serviço Social como especialização do trabalho ocorre nos anos 20 e 30, sob influência católica europeia.

Nos anos 40 e 50 o Serviço Social brasileiro recebe influência norte-americana. Marcado pelo tecnicismo, bebe na fonte da psicanálise, bem como da sociologia de base positivista e funcionalista/sistêmica. Sua ênfase está na ideia de ajustamento e de ajuda psicossocial.

Neste período há o início das práticas de Organização e Desenvolvimento de Comunidade, além do desenvolvimento das peculiares abordagens individuais e grupais.

Com supervalorização da técnica, considerada autônoma e como um fim em si mesmo, e com base na defesa da neutralidade científica, a profissão se desenvolve através do “Serviço Social de Caso”, “Serviço Social de Grupo” e “Serviço Social de Comunidade”.



Nos anos 60 e 70 há um movimento de renovação na profissão, que se expressa em termos tanto da reatualização do tradicionalismo profissional, quanto de uma busca de ruptura com o conservadorismo.

O Serviço Social se laiciza e passa a incorporar nos seus quadros segmento dos setores subalternizados da sociedade.

Estabelece interlocução com as Ciências Sociais e se aproxima dos movimentos “de esquerda”, sobretudo do sindicalismo combativo e classista que se revigora nesse contexto.

O profissional amplia sua atuação para as áreas de pesquisa, administração, planejamento, acompanhamento e avaliação de programas sociais, além das atividades de execução e desenvolvimento de ações de assessoria aos setores populares.

E se intensifica o questionamento da perspectiva técnico-burocrática, por ser esta considerada como instrumento de dominação de classe, a serviço dos interesses capitalistas.

Com os “**ventos democráticos**” dos anos 80, inaugura-se o debate da Ética no Serviço Social, buscando-se romper com a ética da neutralidade e com o tradicionalismo filosófico fundado na ética neotomista e no humanismo cristão. Assume-se claramente no Código de Ética Profissional, aprovado em 1986, a idéia de “compromisso com a classe trabalhadora”.

No âmbito da formação profissional, busca-se a ultrapassagem do tradicionalismo teórico-metodológico e ético-político, com a revisão curricular de 1982. Supera-se, na formação, a metodologia tripartite e dissemina-se a idéia da junção entre a técnica e o político.

Há ainda a democratização das entidades da categoria, com a superação da lógica cartorial pelo Conjunto CFESS/Cress, que conquista destaque no processo de consolidação do projeto ético-político do Serviço Social.

Nos anos 90, se verificam no âmbito do Serviço Social os efeitos do neoliberalismo, da flexibilização da economia e reestruturação no mundo do trabalho, da minimalização do Estado e da retração dos direitos sociais.



O Serviço Social amplia os campos de atuação, passando a atuar no chamado terceiro setor, nos Conselhos de Direitos e também ocupa funções de assessoria entre outros.

Discutindo a sua instrumentalidade na trajetória profissional, ressignifica o uso do instrumental técnico-operativo e cria novos instrumentos, como mediação para o alcance das finalidades, na direção da competência ética, política e teórica, vinculada à defesa de valores sócio-cêntricos emancipatórios.

Partindo do pressuposto da necessidade da capacitação continuada, o Serviço Social busca a ultrapassagem da prática tecnicista, pretensamente neutra, imediatista ou voluntarista.

Nos anos 2000 esta conjuntura provoca novas disputas em torno da questão social e do papel a ser cumprido pelas políticas sociais, verifica-se a proliferação de cursos de graduação privados e a implementação do ensino de graduação à distância.

Reduz-se assim a capacidade de mobilização em torno de projetos coletivos, o que gera novos desafios para a luta pela consolidação dos direitos da população usuária dos serviços prestados pelos assistentes sociais.

Companheiros e companheiras - Ressaltar a história do Serviço Social no Brasil é em algum momento confundi-la com a história e o avanço das políticas públicas no país.

O ano de 1988 é fundamental e se consolida a assistência social como política pública de direito. Nesse período presenciamos um marco da participação popular por um projeto social diferente. Os artigos 194 (seguridade social) e 203 (assistência social) da Constituição Federal definem o Estado como responsável pela proteção social do cidadão e cidadã brasileiro.

É essa política pública que de 88 pra cá ganha novas feições, regulamentação, definições e objetivos. Não temos mais como concepção de proteção social a cesta básica, temos uma compreensão que a proteção social é muito mais extensa.

Não envolve, só o indivíduo mais a família, o território, os municípios e tem o seu fim último na emancipação dos sujeitos.



Por isso é necessário registrar que nessa luta houve a participação de diversos movimentos sociais e, sobretudo, dos/as assistentes sociais que sempre se fizeram presente na luta e na construção dessa política pública. O PNAS, o SUAS, a NOB lá estão os profissionais.

A definição de um projeto social alicerçado em outros valores, contra a opressão, às desigualdades, sem discriminação de gênero e etnia ganham força, estrutura que serão radicalmente visíveis nos últimos anos.

Reconhecer esse crescimento político, teórico e metodológico do serviço social é definitivamente reconhecê-la como uma profissão que tem seu entrelaçamento com a defesa dos trabalhadores.

A profissão tem um caráter sóciopolítico, crítico e interventivo, que se utiliza de instrumental científico multidisciplinar das Ciências Humanas e Sociais para análise e intervenção nas diversas refrações da “questão social”, isto é, no conjunto de desigualdades que se originam do antagonismo entre a socialização da produção e a apropriação privada dos frutos do trabalho.

Passa pela defesa de equipamentos públicos de qualidade bem como, condições de qualidade para o desenvolvimento do exercício profissional.

É por isso o Parlamento só tem um sentido: legislar em defesa dos cidadãos. Porém, não percamos de vista, a contradição presente na sociedade e o jogo de interesses que permeia o Parlamento.

É com esse sentido e finalidade que a FRENTE Parlamentar em Defesa da Assistência Social é lançada em 2009 com o objetivo de ser mais um canal da nossa luta política.

Sabemos que muitos são os desafios postos:

1. Aprovações do piso salariais de sete salários para os profissionais;
2. Aprovação do PL SUAS;
3. Campanha por concurso publico em consonância NOB / RH/SUAS;
4. Implantação do serviço social nas escolas;
5. Capacitação continuada para os trabalhadores;



Enfim, o desafio para implementação da lei nº 12.317 de 26 de agosto de 2010 que implanta as 30 horas..”

Quero lembrar a todos que para nós, baianos, o dia 26 de agosto, que foi exatamente o dia em que aprovamos no Congresso as 30 horas, Isabel, e você sabe disso, no dia 26 de agosto, na Bahia, nós comemoramos o Dia de Combate aos Homicídios e à Impunidade, Suela, e aprovamos esse projeto exatamente por conta de uma chacina que houve no subúrbio ferroviário da cidade, quando três jovens foram brutalmente assassinados por grupo de extermínio.

Portanto, para nós, baianos e baianas, o dia 26 é um dia de luta em defesa dos direitos humanos, em defesa da vida, a pós a aprovação desse projeto é mais ainda, um dia de festejar, mas de continuar lutando.

(Lê) “Uma lei não se dá no vazio. Ela emerge para regulação quando se identifica que situações colocam em risco a convivência humana e/ou por necessidade de garantir direitos aos cidadãos.

Do que se sabe é que uma lei não surge do nada nela constam variados interesses, sobretudo, em uma sociedade dividida em classes sociais antagônicas. É fruto da correlação de forças presente em determinado período político e social, que a depender do peso da balança, avança ou retrocede.

É busca incansável dos defensores da igualdade da liberdade e do respeito às diferenças, por isso uma lei não é neutra, ela serve a interesses reacionários ou avançados, postos na correlação de força social.

Desse modo, a lei 12.317, que reduz a jornada de trabalho do assistente social para 30 horas semanais sem redução salarial atinge diretamente a molécula da relação de trabalho.

Com tantos desafios o profissional precisa de tempo para pesquisar, analisar a realidade e nela propor ações e acesso às demandas apresentadas e mais ter capacidade técnica e teórica para antecipar-se e propor ações que revertam a realidade.

As expressões da questão social, fruto da contradição social presente no modo de produção social capitalista, respingam de todas as formas e maneiras no cotidiano social, o



que exige uma intervenção séria via instituições públicas e profissionais qualificados e em condições do exercício profissional.

Então, por que defender a redução da jornada de trabalho? Ou melhor, assegurar a efetivação da lei 12.317?”

E me somo aqui à nossa presidenta do nosso Conselho Regional, convocando todos a esta tão importante luta.

(Lê) “O processo para redução da jornada de trabalho do assistente social percorreu todos os trâmites exigidos pela República Federativa do Brasil, fora debatida nas comissões do Congresso Nacional obtendo unanimidade nos pareceres apresentados para sua aprovação.

No âmbito da categoria, houve debate e manifestações.

A defesa desse trabalhador/trabalhadora justifica-se, pois limitar a jornada de trabalho visa preservar a saúde e a segurança do trabalhador.

Ora, tal defesa encontra-se no rol dos dispositivos constitucionais, que prevê a redução aos segmentos e que categorias pelo exercício de suas atividades fiquem expostas à fadiga, ao desgaste físico e psicológico.

Quem conhece de perto o trabalho dos/as assistentes sociais sabe o desafio que é garantir e atender a necessidade da população.

Para ilustrar o que digo, citarei alguns indicadores nada agradáveis:

Segundo os registros do disque 100, mais 66 mil crianças foram vítimas de abuso ou exploração sexual no País;

Os dados do IBGE apontam que 16,2 milhões de pessoas vivem com renda de até R\$ 70,00 mensal;

826 mil são os números oficiais mais recentes do trabalho infantil no País e violência familiar e doméstica.

Portanto, enfrentar essa realidade nada agradável, faz-se necessário a participação de uma equipe multidisciplinar e múltipla de trabalho nas diversas áreas e entre eles o/a assistente social.



Pois bem, a erradicação da miséria, apresentada pelo governo Dilma, passa, sobretudo, pelas mãos de homens e mulheres que desempenham um excelente papel na ponta em todos os equipamentos.

Como garantir a qualidade de saúde e qualificação dos profissionais que diariamente precisam dar respostas qualificadas às necessidades do cidadão?

A defesa da efetivação das 30 horas é a afirmação do juramento dos/as assistentes sociais no compromisso com a qualidade da prestação dos serviços e da qualificação.

Em tese, para além de uma defesa corporativa, a categoria defende a qualidade de melhor atender os usuários.

Velhos conhecidos dos assistentes sociais, Karl Marx e Friedrich Engels, disseram por volta do início do século XIX, que dada à revolução industrial, a força produtiva atingiu um nível de produtividade que pela primeira vez dava aos homens e mulheres a possibilidade de repouso suficiente para o acesso à ciência, artes, lazer entre outros.”

Se ainda fôssemos discutir aqui os teóricos do ócio que colocam na lógica da economia, do crescimento dela que o ócio gera a riqueza que possibilita, quando você não está trabalhando, está consumindo porque está no lazer, está na praia, na biblioteca, na livraria, porque também o ócio, hoje, é uma tese do capital privado, na perspectiva de movimentar a economia, certamente esse debate renderia muito mais.

Quero aproveitar a oportunidade para agradecer e parabenizar o secretário Carlos Brasileiro e a nossa companheira Ariselma Pereira pela ousadia, e quero aqui dizer isso alto e bom som, em que pesem ainda tantos debates, em que pesem ainda tantas interpelações judiciais, não possibilitando as 30 horas, a Fundac já avança nessa perspectiva de possibilitar que todas as empresas que servem àquela instituição garantam imediatamente as 30 horas para todas os assistentes sociais. (Palmas)

Portanto, secretário Carlos Brasileiro, essa é uma atitude séria, responsável, sintonizada com o mundo do trabalho e a garantia dos seus direitos.

(Lê) “Pois bem, a categoria dos assistentes sociais conseguiu realizar o que muitas categorias desejam, a redução da jornada de trabalho. Claro, com muita luta!



Essa é a essência de uma categoria que historicamente se posiciona em defesa da liberdade, da verdadeira democracia, da cidadania, da participação política na construção de uma sociedade mais justa e contra qualquer tipo de opressão.

Com isso e em passagem ao dia do/a assistente social, saúdo todos os profissionais que diariamente constroem um viver melhor ao imprimir valores como:

Reconhecimento da liberdade como valor ético;

Defesa dos direitos humanos; ampliação e consolidação da cidadania.”

O velho saudoso e sempre presente Mário Quintana dizia que a vida é tão bela, tão bela que às vezes dá medo. Nós cantávamos, no nosso início, que é preciso esquecer o medo, também lembrando o poeta Milton Nascimento “e que longe se vai, sonhando demais”.

Quero concluir o meu pronunciamento, dizendo que ontem tive oportunidade de também, e mais uma vez, parabenizando o secretário Carlos Brasileiro, que possibilitou o convênio com a Universidade Federal da Bahia, o curso de capacitação profissional para servidores da Fundac, numa parceria com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, uma parceria com a Universidade Federal que pode administrar e formar mais de 300 profissionais e, ontem, um pouco mais de 50 deles.

Dizer que, ontem, uma profissional, uma daquelas que ali se formava num curso de extensão, lia uma carta de um usuário do sistema de cumprimento de medidas sócio-educativas. E, este jovem de 19 anos, ficou internado, portanto, em regime fechado, durante 2 anos e 4 meses, aqui na Casa de Salvador. Agora, foi transferido para Vitória da Conquista e ele dizia na carta que queria ser jogador de futebol. Agradecia às profissionais, portanto, às assistentes sociais, às psicólogas pelo carinho, pelo apoio, mas, sobretudo agradecia porque com elas, ele voltou a sonhar.

Ela acha que pode ser um grande jogador de futebol. Portanto, mulheres, meninas, profissionais dessa categoria tão importante para a consolidação da democracia brasileira. Muito obrigado pelo trabalho que todas prestam no resgate aos sonhos daqueles que se esqueceram, por conta da conjuntura de que eram seres humanos, esqueceram que tinham direitos e que vocês levaram, não só a possibilidade do carinho e do peito amigo, mas



levaram a possibilidade de que sonhando se chega muito longe, chega-se aos desejos de cada um.

Portanto, a vida é bela que dá medo, e a nossa coragem é a de fazer com que a vida seja bela para todos nós.

Parabéns e muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



1013-I

Ses. Esp. 27/05/11

Or. Carlos Brasileiro

Dia do Assistente Social.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Senhores, o nosso rito diz que a maior autoridade da Mesa, o nosso Secretário, deveria ser o último a falar. Mas, o desafio de combater a pobreza, na Bahia, é gigantesco e as tarefas e a agenda deste militante deputado e Secretário nos leva a ter que convidá-lo a fazer sua fala, para poder cumprir a agenda posterior.

Portanto, convido o nosso Secretário Carlos Brasileiro a usar a tribuna desta Casa. (Palmas) Convido para fazer parte da Mesa, Maria Leal, coordenadora da Creche Vila Verde, representando aqui os tão importantes usuários da assistência social. (Palmas)

O Sr. CARLOS BRASILEIRO:- Bom-dia, gente brasileira e baiana.

É um prazer estar aqui nesta Casa, não como parlamentar, porque tomei posse em um dia e me afastei no outro. Mas, como Secretário de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza, uma pasta tão bonita, tão rica de possibilidades porque mexe com o sentimento daqueles que esperam de nós uma mão amiga que ainda não conseguiu chegar, mas que também nos envolvem e nos motivam a buscar, sempre, outras alternativas para chegarmos a essas pessoas que esperam de nós Realmente uma atenção humana, uma atenção cristã, uma atenção do Estado que foi negada por muito tempo, mas que, com o governo Jaques Wagner, chega de uma maneira muito mais eficaz, mais forte, mas que reconhecemos, também, que temos muito ainda que fazer e temos muitos caminhos a trilhar.

Agradeço o convite e saúdo o nobre deputado Yulo Oiticica pela ideia de homenagear, nesta data, embora a data oficial seja 15 de maio, as assistentes e os assistentes sociais.

Quero dizer que, se esse movimento hoje tem a força que tem na Bahia, deve à organização desses profissionais, mas também muito a você, Yulo, que, desde o seu primeiro mandato, tem brigado para que ganhe espaço e tenha o valor merecido, que hoje cresceu muito, mas continuamos na luta a buscar outros caminhos, repito, para que essa categoria



seja abraçada com todo carinho que ela merece, a exemplo, posso já aqui dizer que, tão logo cheguei à SEBs, foi uma mensagem muito forte da atual diretora da Fundac, a nossa companheira e colega de trabalho, Aricelma, por ser assistente social, nos cobrou que fizéssemos intervenções junto ao governador do Estado para que abrisse concursos para assistente social na SEBs, uma vez que aqueles que hoje trabalham na nossa secretaria ainda são oriundos de outras secretarias, de outras instâncias de governo.

Então, já fizemos essa intervenção. Vamos estar na busca incessante para que isso aconteça, porque entendemos a importância do papel de todos e de todas vocês. Digo isso com experiência própria, por ter governado Senhor do Bonfim por oito anos e não haver no quadro da prefeitura de Senhor do Bonfim, quando lá chegamos, sequer um profissional da assistência social e, hoje, temos a alegria de afirmar que, só no município de Senhor do Bonfim, existem 23 assistentes sociais no quadro e também prestando serviços por conta de todos os programas que, felizmente, e aí, abrimos um parêntese para ser justo, aconteceram pós Luiz Inácio Lula da Silva, o homem simples do povo, o homem de nove dedos, o semianalfabeto que reconheceu no seu povo a grandeza e a necessidade de assistência, coisa que, outrora, num tempo não muito longínquo, aquele que dizia falar sete línguas foi incapaz de perceber as necessidades do povo brasileiro.

Então, coube a esse operário o exemplo merecedor de todas as honras, de todas as justiças, de trazer para a ordem do dia neste País que a pobreza e a assistência social, o atendimento aos direitos teriam de chegar com a velocidade que chegaram. E precisamos aprimorar mais ainda. E vai estar aprimorando na medida em que a presidenta Dilma, como ponto de partida e como prioridade do seu governo, desafia não só a nós brasileiros, mas o mundo inteiro de que a fome tem de ser combatida com todas as garras, com todas as mãos, com todos os abraços, com todas as inteligências, porque ainda é uma vergonha para o mundo. Ela afirma isso e já está mostrando que veio para resolver.

E a assistente social vai ter muito o que fazer nessa direção, porque já chegou, graças a Deus, a compreensão de que pobreza não está apenas na ausência do alimento, como era muito dito por aqueles governantes de 10 anos atrás, que entendiam que a pobreza era apenas a falta de alimento na casa do cidadão brasileiro. A pobreza tem várias frentes, vários



sentimentos, vem de várias ordens, inclusive da negação dos direitos do cidadão, e temos conquistado e avançado nessa direção.

Quero saudar a Sr^a Conselheira Fiscal do Conselho Federal do Serviço Social, D. Rosa Predes. Foi bom tê-la entre nós neste dia importante, nesta sessão especial em homenagem à assistente social, a Sr^a Assistente Social e Diretora da Fundac, saudando novamente a minha colega de trabalho e que está, realmente, desempenhando um papel – não para agradá-la aqui porque é nossa colega, mas já vemos a mudança do comportamento dentro da Fundac, dos conceitos do que é realmente o trabalho socioeducativo, do que é cuidar aqueles menores que, por força talvez da ausência do Estado, em determinada situação, colocaram-se naquela condição de estar recebendo o trabalho socioeducativo. O que me impressiona é que logo nos primeiros momentos a companheira Ariselma nos convida a visitar as unidades. Já visitamos duas casas, precisamos visitar as demais para sentirmos de perto a realidade que nós estamos enfrentando. E, mais do que isso, ao perceber a realidade já fizemos mudanças bem consistentes dentro do próprio contexto das casas e já estamos disparando o processo de enquadramento da Bahia na conquista de outra casa para que a gente possa destruir, literalmente, a Casa Salvador, porque ali não é uma boa situação, por mais melhorias que tem acontecido no governo Wagner, não é uma casa para se recuperar jovens. É uma masmorra, definitivamente dizendo, e nós temos a obrigação de dizer isso.

Parabéns, Ariselma, pelo seu trabalho; Sr^a Presidente do Conselho Regional do Serviço Social, Isabel Cristina, da mesma forma a gente quer abraçar, parabenizar pelo trabalho, conte conosco na Sedes no que for possível; Sr^a Coordenadora do Grupo de Trabalho e Serviço Social na educação da Universidade Federal, Recôncavo Baiano, Marcela Maria Silva; Sr. Presidente do Conselho Municipal de Assistente Social, Adilton Ferreira, árduo militante de longa estrada e tem muito a contribuir, principalmente nesse momento que vai estar nos unindo para erradicar a extrema pobreza desse País, e que o serviço social realmente é mola mestra para que a gente consiga isso; Sr. Coordenador da Executiva Nacional dos Estudantes e Serviço Social, Manoel Messias Lima, que bom estar aqui, parabéns pelo trabalho, conte conosco. Acho que o serviço social tem que crescer mais ainda,



e quando a gente percebe que já tem essa coordenação, esse tipo de ação para que a gente possa fortalecer essa área realmente, é mais um braço que vai chegar com muita força para enfrentarmos as dificuldades que vamos enfrentar. Sr^a Gerente do Departamento de Serviço Social da Assembleia Legislativa, Liana, melhoras para que esta Casa também seja uma paceira nessa briga que a gente vai enfrentar aí.

Quero dizer a vocês, como disse do exemplo de Senhor do Bonfim, que a gente tem muito carinho por essa profissão. Acho que todas as profissões e todos os trabalhadores do Brasil e do mundo merecem aplausos todos os dias, porque somos nós que construímos o nosso estado, o nosso município e as nações e por isso temos que ser respeitados e valorizados. Eu aprendi que com o assistente social, seja mãe ou não, elas trazem consigo essa coisa que é muito ímpar e que é muito importante na execução da sua profissão, e em particular no cumprimento da sua missão.

A assistente social verdadeiramente falando, aquela que realmente se entrega e vê na sua missão não só a questão de fortalecer e melhorar a vida de sua família e a sua vida própria, mas que vê a possibilidade real de, como ser humano e como profissional, dar a alguém o direito que lhe foi negado e colocá-lo no mundo dos direitos. E fazer com que essa pessoa possa se considerar cidadã e cidadão, se considerar ser gente na essência da palavra, eu acho que é uma missão extraordinária e que só é possível porque não só as mulheres, mas também os homens dessa área têm se colocado com personalidade e com sentimentos que vão além da profissão. O sentimento de humanismo, o sentimento de saber que a mão que lhe estende naquele momento, a visita que ele faz, o carinho que ele dá àquela pessoa e a atenção na sua essência, às vezes é muito mais importante do que a técnica vai dizer em outro momento.

Então, quero parabenizar vocês por isso. E tenho certeza de que nós vamos conseguir, sim, com as mãos de vocês, com os corações de vocês, tirar a Bahia desse estágio ainda tão vergonhoso de ser considerado o estado com a maior concentração de pobres do Brasil. Claro que aqui nós vamos nos ater à discussão de quem são os culpados; está dado, nós vamos ter que construir soluções, buscar caminhos para que a nossa Bahia seja lembrada lá fora não só pela música, não só pelos poetas como Castro Alves, não só pelos educadores,



pelos artistas, mas também pelo Estado que construiu um governo que se preocupa com a pobreza. E nós haveremos de diminuí-la até o final do segundo mandato do companheiro Wagner.

Mas dizer que vocês estão de parabéns por tudo que fizeram. Já que Yulo falou em números, é bom dizer também, deputado, que no governo Wagner, nós conseguimos tirar dois milhões de baianos do mundo da exclusão. Então colocamos dois milhões de baianos no atendimento a seus direitos. Então, esse é um número significativo por todas as ações que foram feitas para a implantação dos CRASs e CRESSs, gerando emprego para tantas assistentes sociais. Foi um trabalho extraordinário do governo Wagner que fortaleceu a categoria.

Quando se fala da questão das seis horas, já era oportuno legalizar, porque muitos profissionais já não atendiam mais do que esse período, tamanha a demanda dos outros municípios. Eles acabavam tendo dois, três contratos, o que é legítimo porque em qualquer outro canto também existe aquilo que esperam da assistente social: o seu trabalho.

Esse trabalho de vocês que eu citei igualmente tirou 1 milhão e 300 mil baianos da necessidade e fome. Comida era esporádica: um dia comiam duas ou três vezes; outro dia, uma vez. Portanto, com a atuação focada dos CRASs e CRESSs, além desse trabalho social, tivemos tal conquista.

Queria encerrar dizendo-lhes que estamos lá no Congresso, e o companheiro Yulo pode muito bem fortalecer isto - acredito que já esteja fortalecendo: - a aprovação do PL SUAS. É preciso que o plano desse projeto de lei seja aprovado para que possamos transferir recursos aos municípios de forma ordenada, consistente e garantida, porque infelizmente também no nosso Estado, que tem 417 municípios, mais de 250 deles nem sequer têm a capacidade financeira de contratar um profissional da assistência social para cumprir aquilo que está determinado por lei.

O companheiro Wagner deu um exemplo implantando o SUS em toda a Bahia. Mas mesmo assim, por conta da situação econômica, na maioria das cidades ele não funciona como tal. Já demandamos ao governador na primeira oportunidade que tivemos que é preciso deliberar, intermediar recursos para que possamos fortalecer as prefeituras objetivando que



aquelas que não têm estrutura financeira para capacitar e estruturar a Secretaria de Assistência Social, em particular esse sistema, tenham essas verbas.

Encerro convocando-os para mais esse desafio. A pobreza, como disse anteriormente, não é uma questão só de fome. Por outro lado, e mais importante ainda, ela foi construída. Não é uma questão de gênero ou de se ter nascido na zona rural ou periferia urbana filho de pobre, como costumamos dizer. A pobreza no Brasil, e talvez também no mundo, foi construída, foi um instrumento pensado pelo capitalismo maldoso e pelos governos que não entendiam que a força do trabalho às vezes poderia excluir muita gente.

Se é verdade que a pobreza foi construída, precisamos estar unidos para desconstruir essa estrutura que a construiu. Só vamos conseguir se todos nós, brasileiros e brasileiras, fizermos cada um a nossa parte unindo-nos ao plano que será lançado pela presidenta Dilma no mês de junho.

Parabenizo-os por tudo que fazem pela Bahia e pela missão tão honrosa e tão bonita que desempenham! Contem conosco, pois vamos transformar este Estado governado por Jaques Wagner e também a sua capital, que não será só a Salvador do poeta Castro Alves, mas também uma cidade de que todos nós vamos nos orgulhar.

Bom-dia a todos e parabéns! (Palmas!)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Muito obrigado, secretário Carlos Brasileiro.

(Não foi revisto pelo orador.)



1014-I

Ses. Esp. 27/05/11

Or^a Rosa Prêdes

Dia do Assistente Social.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Gostaria também de convidar para compor a Mesa a nossa companheira Amaídes Sales de Andrade, que é secretária executiva do Conselho de Assistência Social. (Palmas!)

Convido a nossa conselheira Rosa Prêdes, do Conselho Federal de Serviço Social.

A Sr^a ROSA PRÉDES:- Bom-dia! Um pouco do sotaque alagoano para vocês!

É com muita alegria que o Conselho Federal de Serviço Social, na gestão recém empossada da chapa Tempo de Luta e Resistência, se faz presente a este espaço público em homenagem à nossa categoria, principalmente às nossas lutas, conquistas e aos nossos desafios que, para os assistentes sociais, muito orgulhosamente, são lutas e conquistas da classe trabalhadora, e não só da corporação dos assistentes sociais.

Então, é com muita alegria que estamos aqui. Cumprimento todas as autoridades presentes, colegas assistentes sociais, representante da população usuária dos serviços, representantes das entidades e demais participantes desta sessão.

A nossa contribuição vai no sentido de pensar coletivamente, publicamente, alguns aspectos relacionados a esta profissão que hoje está sendo homenageada, neste mês de maio, que é o mês em que se comemora o Dia do Assistentes Sociais.

Quero trazer também algumas informações, principalmente a respeito das nossas duas principais lutas atualmente, que são: luta pelas condições de trabalho, pela qualidade dos serviços que prestamos e a luta, também, pela qualidade da nossa formação profissional.

Começo refletindo sobre a participação do serviço social como profissão nas políticas sociais e na sociedade brasileira.

Aparentemente óbvia, encerrada nos diversos atos de ajuda ao outro, a profissão de Serviço Social se põe complexa, e se põe muito mais do que atos individuais de ajuda, pois são complexos os problemas com os quais os assistentes sociais vêm deparando nos quase 80



anos de profissão no Brasil e, praticamente, um século de existência do Serviço Social nos países de capitalismo avançado.

Ressaltamos que para entender o Serviço social na contemporaneidade precisamos enfrentar o desafio de analisar as relações sociais, que estão dentro dos espaços de atuação do assistente social.

Quais são os conflitos sociais, desigualdades, que fazem necessários os programas, projetos e ações sociais que absorvem o trabalho do assistente social?

Importante pensarmos sobre as relações trabalhistas que estão presentes em nossos vínculos empregatícios, em geral com qualidade bastante precária. É preciso pensar também nas situações e condições que envolvem os membros da população que procuram as instituições onde são prestados os serviços sociais.

Assim como se faz importante refletir sobre a proliferação dos cursos de formação em Serviço Social, tanto nas instituições públicas quanto nas instituições privadas; tanto nas modalidades presenciais quanto na modalidade à distância.

Enfim, entendemos que a multiplicidade faz parte da realidade dessa profissão na medida em que as contradições da sociedade capitalista colocam a necessidade do nosso exercício profissional.

Por isso mesmo, como segundo ponto, pensamos ser necessário traçar os nossos desafios contemporâneos dentro da conjuntura de redemocratização do País, uma redemocratização que, a princípio, é política, de restabelecimento do Estado de Direito no País. Mas, hoje, temos discutido o quanto essa redemocratização precisa ultrapassar os limites formais das eleições, das prerrogativas legislativas e do papel do Judiciário. Então, por isso, pensamos ser necessário uma análise bastante ampliada da nossa realidade.

No Brasil, o processo de reestruturação das políticas sociais, com destaque para as políticas de seguridade social, têm-se dado nos marcos da Constituição de 1988, que para muitos jovens profissionais e estudantes parece apenas uma carta escrita, um documento legal. Mas, na verdade, ela é o resultado de uma série de disputas e de lutas. Por isso mesmo, para os assistentes sociais, para o conjunto formado pelo Conselho Federal e os conselhos



regionais de Serviço Social a seguridade social, para nós, não se encerra na Previdência Social, na saúde e na assistência social.

Na verdade, o conjunto CEFSS/CRESS produziu uma carta, chamada de Carta de Maceió, já em 2000. Nela afirmávamos que a compreensão de segurança social para a população não pode se restringir a esse tripé garantido na Constituição de forma bastante pertinente, mas que precisamos pensar seguridade social, ou como parte da seguridade social, também o acesso à educação, à habitação, à política de trabalho e todo um conjunto de serviços e de direitos que possam garantir a segurança social sobre a qual todos nós precisamos para a nossa sobrevivência. Essas políticas são reconhecidas legalmente na Constituição, mas ao serem implantadas no Brasil têm sido implantadas já no contexto em que a esfera pública não é apenas definida no âmbito do Estado. Nós temos aí uma diversidade de instituições, uma tendência a terceirização dos serviços públicos, que tem trazido não só para as condições de trabalho do assistente social, mas, principalmente, para o acesso universal da população, as políticas sociais uma série de entraves.

Esse contexto compõe o conjunto dos desafios que não só assistentes sociais, mas todos os segmentos sociais que defendem que o uso do fundo público, o uso do imposto que todos nós pagamos, e que é recolhido pelo Estado, seja utilizado, seja socializado, seja uma riqueza socializada. Especialmente, para os segmentos sociais em que a desigualdade atinge mais as suas vidas e que não sejam recursos que salvem, que estejam sempre salvando os problemas financeiros da capital.

Por isso, defendemos que conquistas legalmente colocadas na Constituição como a universalização dos serviços, a descentralização dos serviços para mais próximo da população, o exercício do controle, da fiscalização do Poder Público pela população, é o que nós hoje chamamos de controle social, ainda que seja marcado pela ação dos conselhos de direitos e de políticas ultrapassa essa esfera institucional. Então, é muito importante que pensemos os nossos desafios nessa conjuntura.

Nesse processo de ampliação das políticas sociais, uma coisa que chamou a atenção já em 2005 do conjunto CEFSS/CRESS. Por isso mesmo esse conjunto publicou uma nota chamada: “Serviço Social é profissão; assistência social é política pública.” É o



quanto estamos enfrentando um paradoxo, que é afirmar política de assistência social como parte do campo dos direitos sociais. Por isso mesmo executada com recursos públicos, sobre controle social da população, e não vista mais como ações individuais de caridade. Ao mesmo tempo que isso é uma grande conquista, e os assistentes sociais participam disso, temos visto muito frequentemente, basta lermos algumas matérias da imprensa, a redução da profissão serviço social a assistência social. É muito interessante, como muitas várias falas aqui já mostraram, os assistentes sociais estão em várias políticas sociais, em todas as políticas sociais, não só a da assistência.

Então, eu queria divulgar aqui, neste espaço público, que desde 2005 o Conselho Federal publicou essa nota esclarecendo a diferença entre o assistente social e talvez essa nomenclatura, o uso da língua confunde o assistente social não somente um profissional da assistência social, ele é um profissional da saúde, da política urbana, da política de educação, da política de proteção à infância e à adolescência, da política de segurança pública, da política de trânsito, da política de turismo, da política de seguridade social previdência e assistência à saúde, e todos os espaços onde o Estado intervenha, interfira, para a garantia de direitos sociais.

Lembro que é uma intervenção estatal, porque mesmo quando estamos nas empresas privadas ou as instituições chamadas terceiro setor, não podemos esquecer que quem financia as ações sociais das empresas privadas e do terceiro setor são os recursos públicos. Então isso é muito importante porque, muitas vezes, não nos atentamos a isso e até achamos que os princípios éticos que a nós defendemos de universalização, de democracia, só servem para o âmbito estatal, não se aplicam ao âmbito da empresa privada e do terceiro setor. Certamente, cada âmbito desses tem as suas contradições. É muito bom lembrar que as ações sociais desenvolvidas pelas organizações estatais, pelas empresas privadas e pelo terceiro setor compõem o conjunto de definições da política pública financiada com recursos públicos.

Então, gostaria de divulgar isso, lembrar a vocês que existe esse documento. Todos esses documentos aos quais faço referência estão disponíveis no *site* do Conselho Federal, para que possamos, ao avançar a política de assistência social, absolutamente necessária, não



reduzir a identidade profissional. Precisamos lutar para que a assistência social seja reconhecida como direito social, mas que isso possa ser mais um âmbito de ação do serviço social, e não reduzir, por exemplo, a contratação dos assistentes sociais apenas para os serviços de assistência social. É muito importante que o Estado, que a Prefeitura, que o Governo Federal tenham assistentes sociais em todas essas políticas.

Com isso, faço a introdução desses desafios contemporâneos, e agora passo, mais especificamente, para os dois grandes desafios que, hoje, a categoria dos assistentes sociais enfrenta relativos ao seu trabalho, relativos à formação profissional, tentando contribuir, inclusive, com o que foi solicitado durante o convite feito ao CFESS.

Em primeiro lugar, gostaria de salientar que a luta pela garantia das 30 horas de trabalho faz parte, na verdade, da defesa da qualidade da prestação de serviços à população brasileira pelos assistentes sociais. Isso é muito importante. É claro que lutar pela jornada de trabalho, sem redução de salário, isso é muito importante. A legislação deixa bem claro; faço questão, inclusive, de ler o artigo 2º, da lei 12.317, de 26 de agosto de 2010, lembrando que essa lei acrescenta um artigo à lei que regulamenta a profissão de assistente social, lei de 1993.

Isso é muito importante porque, juridicamente, esse aspecto é um grande argumento na nossa luta pela efetivação da lei. Não é uma nova lei que cria algo que não existia; é uma lei que complementa a lei de regulamentação da profissão e acrescenta o artigo 5º-A, e o artigo dessa lei coloca: aos profissionais com contrato de trabalho em vigor na data de publicação desta lei é garantida a adequação da jornada de trabalho, vedada a redução de salário. Isso é muito importante porque, quem já está no mercado de trabalho, a luta é pela redução da jornada sem a perda salarial.

Essa luta é, realmente, de muito tempo. Não vou me alongar muito pois trouxe, para o final da minha fala, um vídeo que o CFESS promoveu; são 10 minutos contando essa bonita história de luta por essa lei.

É muito importante sabermos que não foi apenas uma luta encabeçada pelo CFESS, pelo Conselho Federal, foi uma junção de esforços também das nossas representações dos estudantes, da representação da Associação Brasileira de Ensino e



Pesquisa, ABEPSS, e, nesse momento, temos uma ampliação dessa luta, que é pela implementação dessa conquista.

É muito importante dizer que todas essas mobilizações foram divulgadas para a categoria. Certamente, aqui na Bahia, vocês também tiveram ações no Estado, tanto antes da lei quanto agora, para efetivação. Está sendo um movimento desenvolvido pela categoria, sob a direção das entidades, mas não só o conjunto CFESS -CRESS, os nossos conselhos têm se envolvido, as nossas inserções sindicais, a nossa participação no mundo sindical também está trazendo elementos dessa discussão.

É muito importante lembrarmos que esse processo está em curso e necessita do envolvimento de cada um de nós. Talvez o nosso contrato já seja de 30 horas, e achemos que não devemos nos envolver nessa luta, minha vida já está resolvida. Mas o que essa luta pelas condições de trabalho do assistente social, como parte da garantia da qualidade do serviços, traz é a consciência de que as nossas garantias trabalhistas não dizem respeito somente à nossa individualidade, ao provimento das nossas necessidades. Ao final, quanto mais garantias trabalhistas e de direitos nós, assistentes sociais, tivermos é sinal de que os direitos sociais, de uma maneira mais ampla, também estão sendo reconhecidos. É nessa perspectiva que os Conselhos Federal e Regionais têm chamado a categoria não só para a sua situação individual, de qual é a sua carga horária e se ela está ou não resolvida, mas para lutas coletivas que façam, inclusive, a nossa organização política, a nossa consciência política avançar. É nesse sentido que eu queria ressaltar que, na verdade, é muito mais uma contribuição à luta dos trabalhadores do que uma luta corporativa, porque esta luta pelas 30 horas não é só dos assistentes sociais.

Existe uma discussão em torno de todas as categorias profissionais, sejam elas de nível superior ou de nível médio, que tenham um envolvimento direto com a prestação de serviços à população, que passam por situações estressantes e que absorvem as angústias da desigualdade. É disso que se trata, lidamos diretamente com a expressão concreta da desigualdade, e isso precisa ser levado em conta nas condições para o exercício profissional. Quero lembrar também que como categoria de uma profissão regulamentada temos não só os nossos deveres éticos, mas os nossos direitos a condições éticas e técnicas para o exercício



profissional. A jornada de trabalho, a nossa remuneração e o conjunto de condições de trabalho compõem o conjunto de condições éticas e técnicas para o nosso exercício profissional. Gostaria de situar essas lutas neste campo.

Por fim, gostaria de tratar sobre um ponto importante. Não sei se todos já tiveram acesso a essa informação, mas o Conselho Federal, no final da gestão passada, iniciou uma tarefa, e a nossa gestão a recebeu de presente. Estamos, agora, em plena campanha, chamada: Educação não é *Fast Food*. Diga não para a Graduação à Distância em Serviço Social. Essa é uma campanha bastante polêmica. Hoje, estamos no auge de um processo que começou no governo Fernando Henrique, quando houve uma expansão significativa do ensino superior no Brasil. Esse processo começou com a LDB, em 1996, e especificamente na atual política de educação superior tanto aquela implantada no governo Lula, quanto a do governo Dilma, estamos enfrentando uma grande contradição, que é a necessidade de democratizar o acesso ao ensino superior.

O nosso País tem índices muito baixos de acesso ao ensino superior, mas a grande contradição é que isso tem sido feito especialmente através do investimento no ensino privado. Se já era um desafio para nós, pois a maior parte da nossa categoria ainda é formada pelo ensino privado presencial, ou seja, os assistente sociais precisaram pagar monetariamente pela sua formação - digo pagar monetariamente porque pagamos também o ensino público, mas numa lógica de proteção social e garantia de direitos, e não por meio do desembolso monetário. Se os nossos desafios, iniciados com a expansão dos cursos de serviço social no governo Fernando Henrique, já eram grandes, o desafio de fazer a universidade pública se ampliar é ainda maior.

A grande questão, hoje, é que o movimento de expansão da universidade pública é muito menor em relação à expansão do ensino privado. Atualmente, na área de serviço social, temos o desafio de ter, já está instalado, a formação do curso do ensino à distância, do curso à distância. Esta luta não começou agora, desde 2008 que a categoria tem discutido, e chegamos, inclusive, a defender que há uma incompatibilidade entre a graduação a distância e a formação em serviço social. Acho que é muito importante isso ficar claro para que cada um de vocês possa ser um multiplicador desta ideia. O serviço social não é contra o ensino a



distância, não se trata disso; também não se trata de ser contra o uso das tecnologias e da internet para a facilitação do ensino.

A grande questão é a seguinte: no perfil que está definido na nossa lei de regulamentação e nas nossas diretrizes curriculares, é possível formar um assistente social através da modalidade a distância? Na discussão coletiva que a categoria tem feito, a resposta é não, porque esse perfil profissional exige uma formação que de fato consiga articular ensino, pesquisa e extensão; consiga estabelecer uma relação não só individual entre o professor e o aluno, mas uma experiência coletiva de formação.

A nossa luta continua sendo, sim, pela universidade pública de qualidade, até porque esta ainda tem muitos desafios para garantir a sua qualidade. E a nossa proposta é que lutemos pela ampliação do ensino público para que ele chegue aos municípios que não o têm, o que está fazendo com que as pessoas tenham de se submeter a essa formação precarizada para ter acesso ao ensino superior.

Por isso mesmo, gostaria de ler dois parágrafos do nosso documento que acabamos de lançar no *site* do CFESS, esclarecendo ainda mais o porquê dessa campanha. Vou ler esses dois parágrafos para que fique bem claro qual o posicionamento do Conselho Federal.

(Lê) *“Nossos posicionamentos políticos não são fundados no desconhecimento e no preconceito, nem são dirigidos aos/as estudantes e trabalhadores/as do EaD. Na verdade, a campanha marca nossa discordância com a política brasileira de ensino superior profundamente mercantilizada e discriminatória. Uma política que reforça as desigualdades sociais e regionais do país, que assegura aos ricos o ensino de qualidade e aos que não possuem condições para acessar as poucas Instituições de graduação públicas presenciais ou de custear a sua própria formação de qualidade são ofertados os cursos de EaD – expressão máxima da precarização e da mercantilização da educação. Essa lógica expansionista da educação reflete a perfeita combinação entre os interesses do mercado interno e os interesses políticos governamentais de elevação dos indicadores quantitativos relativos ao ensino superior, para atrair novos investimentos estrangeiros para o país. Essa expansão não garante acesso democrático ao ensino, tampouco assegura sua qualidade.*



Portanto, nossa campanha não é excludente, nem preconceituosa, nem discriminatória. Ao contrário, nossa defesa é da democratização do acesso, pela via da igualdade de condições e não pela falácia da igualdade de oportunidade, pela via do reconhecimento e materialização da educação como direito e não como mercadoria. O ônus da política educacional mercantilizada que vem sendo feita por sucessivos governos não deve recair sobre os/as estudantes e trabalhadores/as envolvidos/as com o EaD. e muito menos sobre as entidades do Serviço Social.”

É importante que vocês conheçam esse posicionamento, porque essa nova realidade para o mercado de trabalho e para a formação profissional do Serviço Social compõe a conjuntura de mudanças significativas no âmbito do trabalho, mais especificamente do mercado de trabalho para esses profissionais. E mudanças na educação voltada à preparação dos profissionais que irão intervir em diversos serviços sociais, especialmente os de natureza pública.

E mais, essa simetria cronológica entre a precarização do mercado de trabalho e a precarização da formação não é uma mera coincidência. Ocorre uma interface entre o crescimento do espaço de atuação dos assistentes sociais, a oferta de postos de trabalho para eles e o incremento do mercado da educação superior nessa área.

Ainda é necessário destacar que, como área de conhecimento e profissão, as entidades representativas têm tornado público o firme posicionamento crítico em defesa da qualidade e da formação profissional e da qualidade dos serviços prestados à população; contra a precarização do trabalho e contra a precarização da formação. Gostaria de deixar bem claro que o ensino a distância faz parte do pacote de precarização da formação. Então, nós estamos reafirmando a necessidade de qualificar a formação do assistente social.

Queremos deixar bem claro, enquanto conjunto CFESS/CRESS, que não acreditamos na qualificação do ensino a distância. Acreditamos na luta pela qualificação e expansão da universidade pública. Isso é o que precisamos reafirmar enquanto posicionamento político. Até pode parecer aos indivíduos envolvidos no ensino a distância que esta é uma campanha contra eles. Mas, na verdade, queremos esclarecer que esta é uma campanha política contra a política que utiliza o serviço social como um lixo de mercado e



forma profissionais sem condições ou com condições precarizadas para enfrentarem esses desafios contemporâneos que estamos discutindo.

A nossa luta é pela qualidade do mercado de trabalho e das condições da formação. Se não articularmos essas duas coisas, nós certamente estaremos investindo as nossas forças apenas numa determinada direção e deixando alguma coisa de fora.

Para concluir, gostaria de compartilhar com vocês o vídeo que mostra a nossa luta, porque nossa mensagem é a de que não conseguiremos conquistar melhorias para a profissão e a população se não investirmos nas ações coletivas. Vocês verão nesse vídeo que a conquista da garantia legal das 30 horas de trabalho sem redução de salários foi e está sendo fruto de uma luta coletiva. Espero que esta apresentação possa demonstrar a importância de continuarmos articulados, ocupando estes espaços públicos e coletivos para a garantia de direitos e pela valorização do nosso trabalho, bem como da nossa formação.

Muito obrigada pela atenção.

(Apresentação do vídeo.)

(Não foi revisto pela oradora.)



1015-I

Ses. Esp. 27/05/11

Or. Isabel Cristina

Dia do Assistente Social.

O Sr. PRESIDENTE(Yulo Oiticica):- Muito obrigado, companheira Rosa Prêdes, pela apresentação, pelo vídeo e presente. A Frente Parlamentar recebeu de presente uma cópia do vídeo. Portanto, estaremos disponibilizando a todos os interessados que tenham acesso. Naturalmente este é mais um dos muitos capítulos das lutas por conquistas de direito. Esta luta ainda não acabou.

Gostaria de registrar as presenças de Beto Oliveira, que representa o deputado federal Nelson Pelegrino; da professora do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Valéria Noronha.

Convido aqui os nossos próximos oradores, para que possam fazer uma breve saudação. Convido a nossa valiosa companheira presidente do Conselho Regional do Serviço Social, Isabel Cristina.

Enquanto isso, registro as presenças do Conselho Tutelar Oito, Serviço Social da Assembleia Legislativa, Serviço Social da Polícia Militar do Estado da Bahia, Conselho Estadual de Assistentes Sociais, Serviço Social do INSS, Serviço Social do Distrito de Saúde do Beiru, Lar da Criança, Ifstel, Serviço Social da Secretaria Municipal da Saúde, Serviço Social do Hospital das Clínicas, Serviço Social do HGE, Serviço Social do Hospital Santa Isabel, do Posto de Saúde de Santa Cruz, do Centro Especial de Reabilitação Psicossocial, Academia Serviço Social, Gabinete do Deputado Valmir Assunção, Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social, Assistentes Sociais da Setre, da Sedes, da Sesab, Assistentes Sociais da Fundação da Criança e do Adolescente, Fundac, Núcleo de Estudos de Serviço Social da Educação de Salvador.

Temos aqui as presenças das Faculdades Vasco da Gama, D. Pedro II, UCSal, Unirb, Unime, UFRB, UNOPAL, UNIFACs, Unitins, UFBa, Estácio, FIB, Associação Caboclo Sultão das Matas, de Simões Filho, Associação Beneficente Criativa da Tabela de Pau da Lima.



Com a palavra Isabel Cristina.

A Sr^a ISABEL CRISTINA:- Bom-dia, quase boa tarde a todos. Estava emocionada, Yulo, com o vídeo. Realmente, para quem pôde estar em todo o processo e, particularmente, no dia da caminhada, em Brasília e que conseguiu, e eu estava entre elas, participar da sessão do Senado, porque o acesso era restrito, é emocionante vermos como uma organização, uma causa coletiva pode mobilizar as pessoas e dar frutos tão interessantes, mas que por si só não garantem a implementação depois. Isso nos indica que essa luta tem que ser permanente e a necessidade da organização ainda maior.

Para iniciar, quero saudar a Mesa, na pessoa do deputado Yulo; a Frente Parlamentar, que sempre nos convida, ao CRESS Bahia, a participar desse evento em comemoração ao Dia do Assistente Social; a todos os representantes, diretamente, de entidades e faculdades de Serviço Social ou dos movimentos organizados em nível estadual; e os conselhos de direitos.

Acima de tudo, aproveitando o nosso mês de comemoração, quero saudar a plateia, os assistentes sociais presentes, os estudantes de serviço social presentes e os representantes da sociedade que entendem ser a comemoração do Dia do Assistente Social o momento de trazermos para a discussão e reflexão questões importantíssimas como cidadania, garantia de direitos, acesso a esses direitos e a necessidade de ações organizadas por toda a sociedade.

Foi pedido também, no convite, para trazer o panorama com relação à questão das 30 horas no Estado da Bahia. Rosa, enquanto representante do Conselho Federal, faria uma abordagem maior sobre a importância social da profissão, e penso que isso é fundamental, pois para falar de 30 horas precisamos não só pensar na questão específica da legislação, na garantia jurídica desse direito, mas pensar no que levou a isso e qual a importância dessa profissão no cenário brasileiro e mundial, e, no nosso caso específico, no cenário baiano.

Compreender as especificidades e contribuições históricas que essa profissão traz para a emancipação da nossa sociedade, que é a nossa luta maior, ter uma sociedade emancipada, entendendo, claro, que isso não pode estar apenas a cargo de um profissional, mas que esse profissional tem contribuições valiosíssimas e interfere não só diretamente na formulação e pensamento crítico, nos movimentos sociais, mas também está na ponta, na



implementação, na execução dessas políticas e que tem na especificidade da sua prática uma possibilidade ímpar de contato direto com os nossos usuários, portanto, na contribuição direta de ajudar no processo de emancipação desses sujeitos, no entendimento da garantia desses direitos, para que sejam absorvidos pela nossa população enquanto direitos e, como foi tão bem dito por todos aqueles que nos antecederam, sair da lógica da benesse, sair da lógica do favor.

Então, esse profissional tem condições valiosas de contribuir com essa mudança de entendimento de cultura, de políticas, no entendimento de que essa é uma política pública e tem que ser assumida pelo Estado e garantida pela sociedade.

Entender essa importância histórica da profissão é também entender porque, nessas especificidades, lutamos pela jornada de 30 horas. Como Rosa disse muito bem, é uma luta maior da classe trabalhadora, mas que nós, frente à nossa organização, conseguimos dar um passo importantíssimo.

Já tínhamos na legislação algumas profissões de nível superior ou técnico que garantiram uma jornada reduzida, mas temos também uma luta maior, que é mundial, da classe trabalhadora pela redução de jornada de trabalho. E o Serviço Social em apenas 3 anos, desde a apresentação do projeto de lei, chegou à sanção de uma lei. Se formos olhar para algumas outras categorias, em um número até bem mais volumoso no País, alguns projetos se arrastam por mais de 10 anos.

Conseguimos e não conseguimos à toa. Conseguimos porque tivemos uma articulação nacional muito forte, porque conseguimos avançar e mostrar a importância dessa profissão, as especificidades dessa profissão e porque mostramos também uma organização política e coletiva.

Não é à toa que comemoramos neste ano os 18 anos do nosso novo Código de Ética, da lei de regulamentação da profissão, de 93; não é à toa que há dois anos comemorávamos os 30 anos do congresso da virada em que os assistentes sociais de todo o País disseram um basta à lógica conservadora da profissão e fizeram radicalmente opção por uma profissão voltada para a defesa dos direitos da classe trabalhadora. Então isso se demonstra na nossa organização.



A lei foi aprovada, Yulo, e nós precisamos coletivamente, aí trago o caso particularmente para a Bahia, porque se temos ações em nível nacional, e o conjunto Cress, Enesso, em todas as esferas temos tido parceiros concretos para essa luta, e trazendo para a Bahia vemos que temos conseguido caminhar, embora com dificuldades, mas com melhores resultados na esfera privada.

Aqui, na Bahia, temos tido com bem maior facilidade o diálogo e a implementação dessa lei na esfera privada. Na esfera pública, seja no governo do Estado, prefeitura municipal de Salvador e de várias prefeituras de muitos municípios do nosso interior do Estado, temos tido muita dificuldade. E também, na Bahia, o Tribunal de Justiça, o Ministério Público se colocam contrários à lei. Como se colocam contrários? Com argumentações jurídicas, questionando a sua forma, alguns termos utilizados na lei, por exemplo, contrato de trabalho. O Poder Público, as suas promotorias trazem que o contrato de trabalho para o Regime Jurídico do Estado não é estatutário, seria só para celetistas; outros argumentam, legitimamente, claro, a autonomia dos municípios ou do Estado frente à autonomia federativa.

Mas não vou aqui entrar nos aspectos jurídicos, para isso, também, o Conselho conta com a sua assessoria jurídica que muito bem tem tentado dar esses encaminhamentos, bem como colocamos sempre a nossa assessoria jurídica à disposição da categoria que quando recebe formalmente a negativa da sua instituição, apresenta-nos para que ajudemos a formular as contra-argumentações do ponto de vista jurídico.

Acho que o nosso principal papel aqui hoje não é apenas trazer esse entendimento jurídico. É exatamente pensar como conseguiremos nos rearticular, porque, obviamente, como disse bem Rosa, diversas colegas que começaram participando ativamente dessa luta, ao conseguirem nos seus locais de trabalho as 30 horas, elas se afastam. E não há entidade que possa levar essa luta sem a participação da categoria.

Então conclamamos aqui, o Cress-Ba tem feito diversas ações, seja no âmbito de reuniões, de audiências públicas, reunindo-nos com secretários de Estado, secretários municipais, enviando ofício, produzindo contra-argumentações, sistematicamente fazendo



reuniões com a categoria e com os sindicatos, mas a participação da categoria é fundamental, inclusive para, junto conosco, perceber que novas estratégias precisamos fazer.

E neste momento em que estamos vivendo algumas dificuldades a nível de conselho, temos uma diretoria provisória, por no máximo seis meses, até uma próxima eleição, com número reduzido de conselheiros, a participação da categoria é mais do que nunca fundamental. Porque como vimos no filme, a dificuldade existe, garantia de direitos neste País ainda é algo que temos que lutar cotidianamente, mas no entendimento do que queremos, que sociedade queremos, o que queremos garantir para a classe trabalhadora que somos e temos também que lutar pelos nossos direitos, isso só se conquista no coletivo e com o entendimento de que a luta é coletiva.

Então parabéns a todos os assistentes sociais que ao longo de sua história vêm enfrentando bastantes desafios, neste momento não é diferente, mas sabemos que coletiva e organizadamente conseguimos tudo aquilo que desejamos. Não será diferente desta vez.

Parabéns a todos e bom-dia! (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



1016-I

Ses. Esp. 27/05/11

Or. Manoel Messias Lima

Dia do Assistente Social.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Obrigado, Isabel.

Quero pedir um pouco de paciência porque faltam três breves falas para concluirmos, e, infelizmente, a nossa companheira Rosa Prêdes vai ter que sair imediatamente para participar de um conselho, no início da tarde, em Feira de Santana.

Peço, Rosa, que leve o abraço da Frente Parlamentar ao Conselho Federal, estamos à inteira disposição. Como disse Isabel, estamos sempre numa discussão afinada, presente e, inclusive, estamos propondo uma articulação entre as Frentes Parlamentares Estaduais e a Frente Parlamentar do Congresso, a fim de que possamos retomar o debate com maior intensidade, se for o caso de a nossa lei ir até a última instância da Justiça brasileira, que é o Supremo Tribunal Federal, que isso aconteça o mais rápido possível para que, de fato, a gente tenha, em última instância, uma decisão legal. Portanto nosso abraço, muito obrigado, você, como sempre, será sempre bem vinda à Bahia.

Convido o nosso companheiro Manoel Messias Lima, coordenador da Executiva Nacional dos Estudantes, para usar a palavra.

Antes, quero saudar a União dos Moradores, o Centro de Educação em Direitos Humanos Isaías Alves, CEAP, Petrobras, Assistentes sociais da Prefeitura de Santo Estêvão, o representante da Prefeitura de Santo Amaro, Everaldo Soares - vereador de Macureré; Sindae, Cetad, Froc, funcionários da Fundac, Faculdade Universo, Serviço Social da Prefeitura de Camaçari, Serviço Social da Prefeitura de São Félix, Serviço Social da Prefeitura de Mutuípe, Naenda, Case.

O Sr. MANOEL MESSIAS LIMA:- Bom dia, meninas e meninos, minha saudação à Mesa nas pessoas do Sr. e Sr^a Yulo e Aricelma, começando, eu parafraseio uma obra musical dizendo que: *“a gente não só quer comida, quer diversão, arte, cultura, moradia, saúde, cultura, lazer e amor”*. Utilizo da paráfrase da obra musical para dizer que os desafios são muitos, os desafios na construção de uma sociedade ética, justa, igualitária,



fraterna, amorosa, portanto, para a construção de uma nova civilização, nós vamos precisar de todo mundo. Vamos precisar dos estudantes, dos professores, dos deputados, até porque essa tarefa é hercúlea, é por demais grande para que cada segmento desse assuma sozinho.

Aproveito também para dizer que a qualidade da formação profissional do assistente social, ou de qualquer outra profissional, passa necessariamente pela qualidade da educação nos níveis fundamentais e médio.

Portanto, quero dizer ao nobre deputado e a todos os profissionais assistentes sociais que, nos últimos dias, informados por dados do próprio governo, sabemos que a educação fundamental e a de nível médio não vão bem na Bahia em que pese todo o esforço da atual administração do governador Wagner e dos 8 anos do presidente Lula e da atual presidente Dilma.

Então, não quero ser longo para não esgotar a paciência dos senhores, mas quero dizer que os assistentes, os profissionais do serviço social podem contribuir muito para a qualidade da educação. E essa justa luta pela incorporação do serviço social nas escolas é oportuna para que possamos construir uma equipe multidisciplinar para tratar a educação com o respeito e a dedicação que ela merece, principalmente levando em consideração os últimos casos, os últimos incidentes que têm acontecido, num nível crescente, de desarmonia nesse setor da educação, diretamente na escola.

Parabenizo essa iniciativa do deputado, da comissão parlamentar e dizer que V.Ex^a, deputado, não está sozinho, pode contar com a executiva nacional dos estudantes de Serviço Social, pode contar com os estudantes de Serviço Social, dizer também aos profissionais, aos bacharéis, mestres, doutores que nós, estudantes, estamos também lado a lado para construir essa sociedade que todos nós queremos e almejamos, que é uma sociedade ética, justa, fraterna e amorosa.

A todos os profissionais do serviço social o meu parabéns, um beijo no coração e até a vitória dessa sociedade pela qual todos nós lutamos.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



1017-I

Ses. Esp. 27/05/11

Or. Liana Leite

Dia do Assistente Social.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Convido, para fazer uso da palavra, nossa companheira Liana Leite, gerente do departamento de serviço social aqui da Assembleia Legislativa.

A Sr^a LIANA LEITE:- Boa-tarde a todos e a todas.

Cumprimento o deputado Yulo e os demais integrantes da mesa agradecendo, mais uma vez, o convite. Vou precisar me ausentar, como o deputado falou, estou saindo de uma licença médica, mas fiz questão de participar desse ato, e fico feliz por isso está acontecendo na minha casa, na casa onde trabalho.

Quero dizer que sou gerente do departamento de serviço social daqui da Assembleia, onde conto com uma equipe maravilhosa, a quem eu agradeço também estar presente, e que estamos trabalhando 30 horas sim. Nunca tivemos nenhuma dificuldade, isso eu agradeço ao superintendente de Recursos Humanos, Sr. José Acúrcio, que apoia, sempre apoiou o nosso departamento, ao presidente desta Casa, aos deputados, principalmente deputado Yulo que está aí à frente, e a gente se orgulha disso.

Então, parabéns a todos, isso é uma luta, essas 30 horas, e lembro da época em que era estudante, que não faz muito tempo, uns 20 anos, e que eu questionava, e acho que muitos estudantes, muitos dos profissionais questionam – por que alguns profissionais têm privilégios a mais do que outros? Todos nós somos importantes, e a nossa categoria também.

Desculpas pelo imprevisto das palavras, mas não poderia deixar de agradecer e de parabenizar a todos, principalmente esses estudantes que estão aí se formando, essas faculdades que estão aparecendo, isso a gente fica feliz, é a nossa profissão que está crescendo.

Boa-tarde a todos, peço licença que por questão de horário de medicação preciso me ausentar. Mais uma vez obrigada, deputado. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



DL-02

Ses. Esp. 27/05/11

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Muito obrigado Liana.

Antes de convidar a professora Marcela, eu queria só informar, rapidamente, algumas coisas: infelizmente o tempo não irá possibilitar que façamos debate, mas quero colocar aqui para as companheiras e companheiros que (de modo bem especial para a nossa representante maior da categoria, nossa organização, Isabel) que a frente parlamentar se coloca à disposição para que possamos promover uma audiência pública específica para debater tanto as 30 horas, tendo em vista que, por exemplo, solicitamos da OAB, e é importante fazer justiça aqui, nem a frente parlamentar nem o nosso Conselho Regional estão parados.

Estamos em constante atividade, tanto eles individualmente quanto nós, quanto coletivamente, inclusive tivemos reuniões para discutir essas questões, e, nesse sentido, a gente pode estar fazendo, temos algumas ações em curso, entre elas a solicitação à OAB/Bahia, de um pronunciamento, de um parecer. Quero até pedir aqui à Dr^a Patrícia que nos ajude nesse sentido, que está aqui, mas há uma solicitação da OAB diante do parecer específico dela, há uma solicitação da frente parlamentar da Bahia para que nós, articulados com as outras frentes estaduais, possamos fazer um encontro com a frente no Congresso para discutirmos com outros conselhos regionais, conselho federal.

Na segunda-feira passada, é importante dizer isso, aqui, Marcela, você que está na linha de frente dessa discussão, tivemos uma reunião ampla com todos os deputados da base do governo nesta Casa, com o secretário que está coordenando o pacto pela vida, que nós sabemos que é a nova política do Governo do Estado, que é o secretário Robinson Almeida e o secretário Maurício Barbosa, secretário de Segurança Pública. E fiz três proposições que foram aprovadas nessa reunião – uma delas é que a Casa faça o levantamento de todos os projetos de lei que tramitam, oriundo, portanto, de deputado, que façam interface com o público: juventude, mulheres, combatendo a questão da violência doméstica, crianças, idosos etc. Todos os projetos que têm a ver com direitos humanos ou que façam interface com o



público do programa *Pacto pela Vida*, tanto quanto a aprovação do Plano Estadual de Política Pública de Juventude, que tramita nesta Casa, que é do Executivo e que eu sou relator, quanto à indicação ao governo do Estado, que esse é o objetivo nosso, para que possamos efetivar essa luta com resolutividade, levar a proposição ao governo do Estado, fruto desse grupo que será constituído aqui. Que o governo apresente à Casa essa proposição de assistentes sociais nas escolas, entendendo que isso tem tudo a ver com o *Pacto pela Vida*. Os dois secretários que estavam presentes foram convencidos disso, volto a dizer, Robson Almeida e Maurício Barbosa.

Acho que essa é uma luta que temos que travar com maior intensidade. Lamento não podermos fazer o debate diante do adiantado da hora, mas quero propor aqui a Isabel que a gente possa sentar e fazer uma audiência pública. Eu sou Líder da Bancada do PT, normalmente Líder não assume comissão nenhuma, mas, exatamente pelo compromisso, eu sou membro titular da Comissão de Direitos Humanos e posso propor que a Comissão de Direitos Humanos proponha, em parceria com o Conselho Regional, essa audiência, para que a gente possa, inclusive, pensar coletivamente, trazendo companheiros e companheiras que estão nesta luta em nível nacional e articulando a luta regional.

Essa fala de Isabel é determinante, gente, não podemos ter uma categoria que tenha tanta opinião, tanta consciência crítica e tão pouca capacidade de articulação. Eu quero dizer isso aqui, não sou assistente social, mas quero dizer que Isabel, como presidente do nosso Conselho, precisa, sim, dessa cumplicidade de toda a categoria para a gente potencializar esta luta. Estamos num processo aí que já passará de recondução da atual gestão, portanto vamos ultrapassar as pequenas divergências que nos separam, vamos às grandes coisas, ações, desejos e sonhos que nos unem. Isso é que é fundamental para que possamos estar muito preparados para este próximo período.

Na minha fala eu coloquei muito claro que a disputa política de correlação de forças. Olhem quantos deputados estão aqui, vocês estão vendo um monte, não é? (Risos) Quem é espírita talvez veja alguns, mas eu não consigo ver outros. É lamentável que a gente não tenha essa cumplicidade, porque é correlação de forças sempre, não tem jeito. Se não tivermos capacidade de nos articular, a insurreição a partir do movimento social é muito



difícil hoje, e o Parlamento é, sem dúvida, o meio de luta que não podemos abdicar. Agora, também, se não houver essa pressão articulada, de fora para dentro, acabamos ficando numa luta inócua que produz muito pouco. Essa cumplicidade, portanto, é fundamental.



1018-I

Ses. Esp. 27/05/11

Marcela Mary Silva

Dia do Assistente Social.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Passo a palavra para a nossa última oradora, nossa companheira e professora Marcela Mary Silva.

A Sr^a MARCELA MARY SILVA:- Bom-dia a todos.

Quero agradecer o convite que foi feito ao grupo de trabalho de Serviço Social em Educação, aqui também representando o grupo de professores, junto com a professora Valéria, do curso de Serviço Social em Educação, primeiro curso público que tivemos no Estado, além de público, interiorizado, em Cachoeira, dando conta de uma demanda histórica de professores, de assistentes sociais que antecederam a gente.

Na verdade, quero parabenizar a Frente, nós do GT de Serviço Social somos parceiros da Frente na luta na inserção do profissional de Serviço Social em Educação, e todas as ações que fazemos no interior, vocês receberam aí um papelzinho que, na verdade, é um memorial das ações que a gente já desenvolve, elas fazem convergência com a discussão das 30 horas.

Quando eu fui chamada para falar aqui eu me atrasei um pouco, porque um repórter me perguntou o que um assistente social faz. E eu achei fantástico, porque *A Globo* dá umas informações muito infelizes da nossa prática profissional, e não temos tido a visibilidade necessária. A discussão das 30 horas fez isso, deu visibilidade à nossa categoria e às demandas que, em primeira instância, podem parecer que são da categoria, aquilo que Rosa Prêdes disse bem.

Discutir as 30 horas do Serviço Social é discutir a qualidade do serviço oferecido. E e não somente a qualidade, como também a quantidade desse serviço. Quanto uma assistente social que trabalha 40, 44 horas – há colegas que trabalham até 60 horas – pode oferecer de superfície de contato com sujeitos, revertendo em direitos para esse menino, ou essa menina, ou essa pessoa?



Precisamos entender que a luta pelas 30 horas não deve ser apenas da categoria. Se reduzirmos a isso, incorreremos num grande erro histórico. E aí fiquei refletindo: por que os nossos usuários não estão nos apoiando? Porque os sujeitos com os quais nós tratamos, operamos, fazemos tudo que a lei de regulamentação nos manda fazer, não estão conosco nesta luta? Não estão porque nós não os estamos incluindo.

Estamos discutindo nos nossos espaços de trabalho, nas associações de bairros, nas reuniões de grupos, a importância dessas 30 horas para os nossos usuários? Certamente não.

Aproveito a convocação feita por Bel para que as pessoas não fiquem paradas, e também clamo para que busquemos envolver os outros sujeitos, aqueles que também terão ganhos com essa luta, porque o esquema do sistema é reduzir essa luta a um ganho muito particular da categoria. E não é essa a nossa luta.

Precisamos resgatar a capacidade de viver e fazer a história coletivamente. E é nesse sentido que convoco as colegas presentes para fazermos essa metodologia. Vamos conversar sobre essas 30 horas, professoras, dentro das salas de aula, e assim os nossos alunos que estão estagiando tenham potência para discutir isso com os seus colegas.

Vamos, sim, Yulo – e falo também em nome do UFRB –, realizar essa discussão de forma descentralizada. Que essa frente possa desenvolver ações não somente na capital, porque a maioria dos colegas da Assistência Social estão atuando no interior. Eles ficam sem informações, já que tendemos a centralizar tudo na capital.

E a minha segunda convocação é para que todos os senhores – independentemente de onde atuem – lutem pela inserção do profissional de Serviço Social na escola. Nós do GT temos desenvolvido algumas pesquisas e temos constatado como é assustador o nível de violação de direitos humanos que não só os alunos, mas também os professores, os gestores e os demais sujeitos que estão envolvidos na comunidade escolar têm sofrido. E simplesmente não conseguimos dar visibilidade a isso.

Tenho cunhado a seguinte frase quando damos cursos de extensão: “Quanto menos assistente social nos lugares, menos superfície de contato de direito a gente tem”. Então, aumentar o número de assistente social não é só garantir frente de trabalho; é também garantir alguma chance de vida a esses sujeitos que não têm a mínima visibilidade.



Vou até escrever um texto sobre isso, pois está me perturbando a mente, aí é preciso escrever. Pois bem, quantas de vocês têm na memória a Assistência Social porque foram objeto do trabalho de algum profissional dessa área?

Na verdade, temos uma história de poucos direitos. Precisamos estar atentos a isso. Quanto menos assistente social, meus amores, menos direitos. Quanto mais assistentes sociais, mais chances de direitos. Se queremos que a rede de proteção social avance, precisamos constituir pontos. Esses pontos são a quantidade de assistentes sociais nos espaços que podemos estar, e que a sociedade demanda que lá estejamos.

Mas boa parte da sociedade nem sabe se Serviço Social é de comer ou de passar no cabelo. Vejam a pergunta que me fizeram: “Assistente social faz o que mesmo?” Então é importante que o Serviço Social, através dos assistentes sociais, diga à comunidade o que faz. Que nas nossas ações se reverberem o objetivo fundamental do nosso projeto ético-político.

Então, gostaria de conclamar para que, a partir de hoje, nos tornemos multiplicadores das bandeiras que hão de colocar o serviço social e colocar o assistente social em destaque, é colocar os filhos e filhas dos trabalhadores deste país num lugar de destaque.

Então, juramos por isso quando nos formamos, vamos fazer, estamos fazendo e que a Frente Parlamentar em defesa da assistência possa não só se comprometer, porque na figura de Yulo já entendemos o compromisso instaurado. Até porque se ele não se compromissar Selma dará no ouvido dele em Casa e a pior coisa do mundo é ser casado com assistente social, certo? Yulo deve ter um ensaio pedagógico com isso intenso, porque nós não discutimos nem a relação, a assistente social levanta uma problemática, vejam que inferno! É uma das condições profissionais.

Mas, quero parabenizar cada uma de vocês e as tantas assistentes sociais que fizeram com que estivéssemos em Brasília. Sou assistente social por opção...(Choro). Sou canceriana e canceriana chora, é um inferno. Tenho um orgulho retado desta categoria profissional que tem a potência para transformar o mundo.

Não abduquemos desse lugar nem de termos um contato de qualidade, de intensidade e de fé, porque as pessoas, hoje, que atendemos não têm nem fé nelas mesmas.



Perderam a possibilidade de pensar no coletivo e como Yulo falou sobre a questão do sonho.

Então, olho para as crianças e jovens dentro de uma escola e quero que eles sejam uma coisa muito melhor e que a vida deles não termine naquele espaço. Sei que no fundo, no fundo quando nos formamos e juramos todas nós queremos a mesma coisa.

Quero parabenizar esta categoria que tenho a honra de fazer parte e de ajudar nos percursos históricos. Precisamos deixar uma herança diferente para as pessoas que vão vir atrás de nós e que sintam orgulho das assistentes sociais que somos. É isto que espero e além de esperar é o que quero fazer junto com as minhas colegas assistentes sociais através do CRES, da Frente Parlamentar porque há um grupo de deputados que tocam o barco independente de tantas coisas contra.

Então, sugiro a vocês que hoje tornem à discussão das 30 horas, da inserção dos profissionais de serviço social uma bandeira particular, porque instituição alguma há de defender esta categoria senão nós mesmas. Falo para os meus estudantes em sala de aula, quem defende o assistente social é o usuário. Se as comunidades forem mobilizadas, se sairmos das instituições em que atuamos e formos para outros espaços de discussão, mobilizarmos os conselhos dos nossos municípios para que isso seja pauta de discussão teremos uma chance.

Vamos para as rádios, vamos fazer aquela coisa que fizemos no currículo oculto de serviço social, que todos vocês sabem, não é? Porque temos um currículo social e um oculto. As disciplinas presepadas 1, 2, 3, 4 e 5 precisam mostrar para que as fizemos. Então, por favor, caminhemos, andemos e pensemos sempre que herança deixaremos para esse espaço profissional que estamos e que herança deixaremos para este estado no qual nascemos?

Então, um bom dia a todos, muito obrigada. Parabéns Yulo por esta oportunidade que você está dando para que esta profissão seja mais visibilizada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



1019-I

Ses. Esp. 27/05/11

Or. Daíse

Dia do Assistente Social.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo oiticica):- Obrigado, Marcela. Ser casado com assistente social não é fácil, há controvérsias. O problema é que não discutimos a relação, fazemos uma pauta, inscrição e defesa de tese.

Essa daí me levou a uma palestra e começou a me elogiar que sou um deputado combativo, sério, competente porque era casado com uma assistente social. Sempre que ela fala da minha luta ele fala que sou competente por isso.

Temos um impasse aqui. Temos um rito, as sessões especiais são para honrarias ou para colocar um assunto em discussão. Na metodologia quem discute compõe a Mesa, não tem discussão com o plenário. E isso não é falta de democracia porque todos que estão aqui na Mesa representam os segmentos organizados, portanto, é o povo que está aqui, são segmentos que estão aqui, este é o rito. Por isso tenho todo o cuidado de quem estará na Mesa, temas, debates etc. Nas audiências públicas é que há o debate. Aí, o rito é outro: debate, debate e debate e se tiram os encaminhamentos, que foi o que propus aqui. Só que como vi as meninas gritando na caminhada eu disse: “essa desordem é fundamental para que a gente estabeleça uma nova ordem”. Então, a desordem, nesse aspecto, é sempre muito boa, a boa anarquia.

Como estou presidindo a Mesa, a anarquia está posta. Podemos quebrar esse rito aqui, naturalmente, com toda sensibilidade e bom senso por conta do horário. Várias pessoas estão querendo se inscrever para falar, para debater. O que eu iria propor à assembleia? Aqui, eu presido, e a assembleia é soberana neste momento. O que eu estava pensando em propor, que a Mesa também me ajude, é abriremos três breves inscrições. Se os inscritos, naturalmente, indagarem qualquer coisa a mim, falando da Frente, e a Isabel, falando do Conselho Municipal, da Sedes ou da universidade etc, teríamos a réplica, ou não.

Nós abririámos três inscrições seguido esse método. Há discordância?



Então, são três inscrições de 3 minutos cada. Daíse, que é assistente social da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza; Aiane, que também é assistente social do INSS de Santo Antônio de Jesus; e Jéssica, assistente social do Nasf.

Com a palavra Daíse. Vamos dar-lhe 3 minutos na tribuna. As outras companheiras fiquem atentas.

Naturalmente que entendemos que alguns têm que sair, que está no limite. Não será vista por nós como uma atitude deselegante, pois entendemos que há o horário de cada um. Fiquem muito à vontade.

A Sr^a DAÍSE:- É um desafio falar em 3 minutos ante as questões que eu pretendia debater, mas vou cumprir o prazo. Agradeço a Yulo por ter aberto o debate, e quero cumprimentar toda a Mesa, parabenizando-a por este evento. Embora não tenhamos tido a oportunidade de fazê-lo no 15 de maio, acho que maio é o mês de comemorar o Dia do Assistente Social.

Quero, primeiro, dizer da minha concordância com algumas falas da Mesa. Dizer da felicidade do vídeo que foi veiculado aqui. Fiquei bastante emocionada. Ele falou muito da nossa trajetória na defesa de políticas públicas e, portanto, na defesa de mais uma tarefa, que é um desafio nosso, para garantir qualidade aos trabalhadores. porque somos trabalhadores. E estamos falando de uma luta que não é corporativista, mas que vai além do desafio de fazer com que o exercício do assistente social seja mais qualificado.

Mas me senti bastante honrada com a fala de Marcela. Eu estava lá fora, pois tive dificuldade de ficar aqui, por conta do frio. Mas quando Marcela pergunta por que será que os nossos usuários não conseguem apoiar nossa luta, eu fico a me perguntar: por que será? Essa resposta está em todos nós, especialmente no exercício do nosso fazer profissional, nas unidades em que atuamos.

Quero relembrar um aspecto que coloquei no debate que fizemos nas eleições. Todos devem saber que vivemos as eleições este ano, em março, e na oportunidade tivemos um debate em nosso conselho. Eu relembrei um pouco a concepção e o olhar que o movimento da população de rua, que tem uma importância singular em nosso País, tem, hoje, sobre o assistente social. E, pasmem, não é uma boa ideia, não é uma boa referência.



E eu fico me perguntando: por que será que essas pessoas, que são usuárias, não conseguem se aproximar da nossa luta, nesse momento, das 30 horas? Por que não chamamos, enquanto categoria, esses movimentos para dialogar e perguntar: como vocês nos veem em nossa intervenção profissional? As pessoas que estão nas ruas conseguem ser atendidas pelo assistente social, seja no albergue, seja lá, na ação do Centro-Dia? Essas pessoas têm uma opinião sobre o assistente social. Por que não estudamos, não nos aproximamos desses movimentos? Esses movimentos são de usuários, e devemos, sim, conhecer o que eles pensam sobre nós. Precisamos esclarecer qual o nosso papel que cumprimos e unir forças. Acho que aí está a resposta. Muitas vezes o usuário não nos reconhece como um profissional que tem como missão contribuir para garantir direitos, porque, às vezes, não esse profissional não consegue exercitar isso na sua prática. Acho que temos de refletir sobre isso hoje.

O vídeo que foi apresentado mostra a comemoração. Mas temos muito mais desafios, muitas coisas para questionar e pensar, do que fazer comemoração. O Dia da Assistente Social tem que ir além da comemoração.

Queria falar especificamente que este é o ano da Conferência da Assistente Social. Não sei se todos sabem, mas o debate é “Trabalhadores do SUAS”, numa articulação com a Conferência anterior, que teve como tema “Usuários”. Existe a discussão da mesa de negociação, que precisa ser instituída em todo o País, com várias esferas do governo. Acho que é hora também de nos aproximarmos, de fato, do usuário para mostrar como ele pode reconhecer o fazer do profissional como uma ação que contribui para a garantia do seu direito.

Por último, quero dizer que, infelizmente – aí talvez esse seja o motivo da minha inscrição –, a minha fala é muito mais para expressar a minha indignação. Não sei se todos acompanharam o processo eleitoral do nosso Conselho. Sou assistente social Thaís Viana – acabei não me apresentando além do que Yulo disse – e fui candidata pela Chapa 2, junto com algumas pessoas estão aqui, como Rose, Sheila e a própria Ariselma. Vocês devem conhecer uma carta na qual divulgo as situações que ocorreram no processo eleitoral. E agora gostaria de convidá-los para fazer esse debate coletivo para além dessa plenária. É preciso



pensar como tem sido a postura ética de algumas colegas nossas que, infelizmente, não conseguem entender que a ética está na prática cotidiana.

E fico me perguntando, como me perguntei na carta: como será que essas assistentes sociais lidam com o usuário nas unidades de serviços?” (Palmas)

É triste, infelizmente. E não estou sozinha, sei que expresso o sentimento de todo o grupo que vem discutindo conosco. E quando digo de todo o grupo não me refiro à candidata. Não é porque fui candidata, mas porque ajudei a construir esse conselho, não só eu, mas a maioria da Chapa 2. Participamos de várias comissões, como a de Etnia e Gênero, a de Saúde, mas sequer não se respeitou a nossa trajetória para ajudar a construir as gestões que passaram aí durante todo esse tempo.

Não sei se vocês conhecem, mas fizemos um curso para os CRAS de Salvador sobre a questão étnico-racial e a intervenção dos assistentes sociais, psicólogos e profissionais do CRAS. Quem promoveu foi a Comissão de Etnia e Gênero. Porém essas e outras ações não foram divulgadas em virtude da nossa candidatura. E aí nos perguntamos: que disputa eleitoral é essa? Que respeito temos com o colega? Que ética é essa?”

Gostaria de convidar todos vocês a essa indignação. Precisamos divulgar essa carta e pautar esse debate. É preciso que as assistentes sociais respondam sobre o que fizeram e sobre a prática arbitrária que tiveram nesse processo eleitoral.

Muito obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



1020-I

Ses. Esp. 27/05/11

Or. Aiane

Dia do Assistente Social.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Muito obrigado. Com a palavra Aiane.

A Sr^a AIANE:- Bom-dia a todas e todos. Quero inicialmente saudar a Mesa. Estou até um pouco nervosa, logo eu que tenho costume de falar em público, mas é porque ando muito indignada ultimamente. Por isso, está difícil falar.

Queria também me reportar ao que Marcela falou sobre o usuário defender a nossa categoria. Na minha condição de assistente social do INSS sou a prova viva disso. Não sei se todos sabem, mas no governo Fernando Henrique houve a tentativa de se extinguir o serviço social dentro do INSS, e foram justamente os usuários que lutaram para que permanecesse. Essa é a prova de como a nossa relação com o usuário pode fortalecer a categoria. E isso aconteceu dentro do Ministério da Previdência durante um governo, imaginem, de direita, à época.

Trago essa indignação, porque também vou ter de me reportar a esse processo eleitoral, que foi muito desgastante e frustrante para mim, como profissional.

Na época da eleição, fiquei muito frustrada, por não ter feito uma denúncia, porque no último dia eleição estávamos lá, para pedir a prorrogação da eleição. Eram 8 horas da noite, quando recebi uma ligação de uma representante da Chapa 1, convidando-me para ir votar. Não sei como ela, enquanto Chapa, tinha o meu telefone, e enquanto Chapa ela não sabia nem que eu era da outra Chapa. Então, ali, naquele momento, ficou retratado que a Chapa tinha todo acesso até a lista telefônica em que havia o meu telefone.

Sofremos muitas coisas publicamente, porque não temos o meio, como o CRESS tem, sabemos que elas estão se relacionando, o CRESS divulga uma coisa, mas não sabemos, por trás dos bastidores, o que aconteceu.

Infelizmente, estaremos fora do processo eleitoral, mas peço a vocês, enquanto assistentes sociais, que pensemos que CRESS é esse que estamos construindo? Será que ele nos representa? Será que temos vontade de ir lá votar? Porque eu, sinceramente, mesmo que



continuasse na eleição, talvez não fosse nem lá votar, porque não sinto nem mais vontade de votar no CRESS.

Então, temos que refletir, realmente, o que estamos construindo.

Quanto a essa questão das colegas, tenho sofrido na pele essa questão da disputa interna no trabalho pelo cargo. Temos sofrido uma descaracterização, o que realmente diz o nosso projeto ético-político.

Que defesa é essa estamos defendendo? Que heterogeneidade é essa? Que projeto político é esse?

Então, temos que repensar nossa postura, para além de enquanto profissional e enquanto pessoal. Só quem esteve presente pode saber.

Vamos ter eleições e não sabemos ainda o que será, se realmente vamos conseguir esse quórum, porque, se não conseguimos na primeira eleição, imaginem agora que muitas profissionais estão mais frustradas ainda.

Era só um desabafo que eu precisava fazer.

Obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)



1021-I

Ses. Esp. 27/05/11

Or. Jessica

Dia do Assistente Social.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Com palavra Jessica.

A Sr^a JESSICA:- Boa-tarde. Quero saudar a Mesa primeiramente e à plenária.

Quero lembra que ontem, dia 26, a lei comemorou 9 meses de aniversário. Quero parabenizar o CRESS pelos esforços empreendidos no sentido da implementação das 30 horas e pedir ao CRESS e principalmente à plenária, porque não conseguimos vitória sem participação, que possamos empreender alguma atividade fora do muro de CRESS, da Assembleia Legislativa e da Câmara Municipal de Vereadores.

Acho que estamos centrando muito esforços internos e precisamos dar visibilidade ao nosso movimento. Que tal fazermos, como o vídeo mostrou, a caminhada de quase 3 mil assistentes sociais indo ao Senado para tentar aprovar o projeto de lei?

Era isso que eu queria falar.

(Não foi revisto pela oradora.)

**DL-03****Ses. Esp. 27/05/11**

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Eu vou passar para a nossa companheira Isabel, só me permitam antes dizer o seguinte: eu tenho tido uma postura como tem que ser, portanto, muito ética na relação com a categoria. Criamos a Frente Parlamentar exatamente por solicitação de vários companheiros da categoria.

Há alguns anos, estive no Encontro Nacional, onde havia vários representantes e sindicatos, e uma companheira, assistente social, disse que eu iria assumir na Bahia e criar o sindicato. Eu respondi que essa não era tarefa da Frente Parlamentar. A Frente Parlamentar não tem nenhum desejo de substituir os nossos órgãos legais nem de ser protagonista de absolutamente nada sozinho. Somos do Parlamento e somos parceiros e, volto a dizer, não sou assistente social.

Qualquer luta da categoria que acione a Frente, como é o caso do que o CRESS tem feito, a Frente é parceira. Tudo o que a Frente faz, procura o Conselho para ser parceiro, e tem sido. Então, essa é a tarefa da Frente.

Quero também aqui registrar - naturalmente sempre vai prevalecer entre nós o bom senso - que a presidente do nosso Conselho, nossa companheira Isabel, tem tido uma relação sempre muito ética e parceira com a Frente Parlamentar, compreendendo naturalmente os limites que esta tem, mas mantendo tal parceria, na perspectiva da garantia de direitos e avanços nos direitos da categoria.

Passo a palavra à Isabel.

A Sr^a Isabel Cristina:- Bem, acho importante o pronunciamento da colega Daíse, que cita uma carta que ela havia enviado. Nós tomamos conhecimento dessa carta durante a semana e temos, obviamente enquanto entidade, alguns questionamentos. Não achamos naquele momento necessária uma resposta, até porque não foi feito um questionamento ao CRESS, estava sendo passado individualmente para divulgação à categoria. E não nos sentimos mobilizados para isso, mas acho importante quando duas falas de pessoas que participaram do processo eleitoral, componentes duma chapa, trazem um desabafo.



Estão no seu direito, se se sentem dessa maneira. Mesmo não representando a diretoria que naquele momento geria a entidade, nós passamos por uma assembleia para a definição de uma diretoria provisória. E eu, mais uma vez em assembleia, fui eleita pela categoria como presidente para essa atividade provisória. Mas fiz parte da diretoria que vivenciou o processo eleitoral com duas chapas e diversos, muitos problemas pelo calor próprio de uma eleição, uma vez que nessas duas chapas estavam pessoas que inclusive vivenciam o cotidiano do CRESS. Então ambas foram formadas por gente que legitimamente participa da construção da entidade da categoria e, portanto, tem uma inserção fácil dentro do Conselho.

Mais fácil ou mais difícil, muitas vezes pela forma como essas pessoas se relacionam com os diretores, os funcionários ou mesmo entre si na própria categoria. Penso que algumas dificuldades se deveram a isso. Outras aconteceram pelo próprio código eleitoral, que ao longo da eleição se mostrou em muitos momentos não claro em relação a alguns pontos. Mas lembro que ele também foi construído pela própria categoria, e por isso as facilidades e dificuldades são um problema nosso, já que, repito, esse instituto foi gerado pelo nosso conjunto. No entanto certamente será alvo de muitas reformulações num próximo encontro CFESS/CRESS.

A minha principal motivação neste momento para falar é exatamente o espaço, porque durante o processo eleitoral o próprio calendário do código prevê que qualquer assistente social ou representante de qualquer uma das chapas tem legitimamente a possibilidade de, sempre que vir algo que contrarie o processo ou o exclua de algum direito, formalizar isso. Vai haver uma análise inicial da Comissão Regional Eleitoral, escolhida em assembleia da categoria. Se alguém não ficar satisfeito com a avaliação dela, que é eleita aqui na Bahia, pode formular um recurso à Comissão Nacional.

Nesse âmbito, o código não prevê a intervenção das diretorias dos CRESSs. Por isso, há uma Comissão Regional Eleitoral. Obviamente, se for perguntado aqui se essas pessoas se relacionam, eu responderei: "Sem dúvida". Sem dúvida porque temos uma categoria no Estado, e para parte dela é usual participar do CRESS, ou já ter participado de antigas gestões, ou então ainda estar à frente ou participando de algum modo dessas



comissões, que estão presentes à luta e também têm relações de amizade. Afora isso, os membros da diretoria têm o direito legítimo, tanto porque são assistentes sociais quanto por estarem nessa luta, de ter suas preferências por essa ou aquela chapa.

O que a gente sempre tentou, e no meu entendimento essa diretoria que estava à frente naquele momento conseguiu, é separar o apoio que se tem numa chapa enquanto pessoa física. Então eu sou Isabel, assistente social da Petrobras, e como assistente social do Estado da Bahia tenho o direito de numa eleição ter o entendimento, o interesse de achar que o que penso para a entidade está mais afinado com uma ou outra chapa. Isso penso que é legítimo. Mas não tenho o direito, enquanto diretora do CRESS, de interferir numa Comissão Eleitoral, que tem legitimamente a função de coordenar o processo para a definição do privilégio a essa ou àquela chapa. Por isso, as reuniões da Comissão Eleitoral eram feitas com as chapas, sem a participação de diretorias, destacávamos o advogado do CRESS para participar pois entendíamos que aquilo tinha um rito que, em muitos momentos, precisava de uma avaliação jurídica, já que tratávamos de um código eleitoral, onde estava garantida a igualdade de condições. Sempre que ela, em algum momento, foi vista como não igual, foi feito, a quem de direito, que era a comissão eleitoral, essa avaliação.

No momento em que trazemos, agora, algumas questões que, como disse, respeito porque as pessoa têm todo direito de se expressar em qualquer meio que achar importante, mas que não foram formalizadas, e foram trazidas para essa instância que eu digo que é quem deveria apurar, ao meu ver, não posso falar ou responder, nesse momento, sobre alguém que falou tal coisa, sobre uma ligação que recebeu, se isso não foi tratado. Não temos como tratar isso aqui, tendo em vista que, quem teria de ter tratado, caso fosse acionado para tal, era primeiro a Comissão Regional Eleitoral. Tratar quer dizer, apurar fatos, ouvir, fazer diligências ou qualquer outra coisa que possa evidenciar e, portanto, tomar uma posição. Se quem fez essa denúncia, não se sentisse contemplado pela avaliação, pela apuração, caberia fazer um recurso à comissão nacional naquele momento.

Penso que precisamos ouvir, entender e respeitar, mas também penso que, de fato, essas coisas trazidas dessa forma, não contribuem para o debate, é o meu entendimento, não contribuem para uma discussão maior que é, exatamente, como podemos, enquanto



categoria, rever esse momento, pois penso que a falta de quórum para essa eleição passa também pela despolitização da categoria. Nesse sentido, acho que ter duas chapas seria muito bom pois contribuiria para isso. Os motivos para a impugnação de uma chapa não passam pela diretoria do CRESS, passam pela análise de uma comissão eleitoral regional, depois por uma nacional.

Penso, como gestora de uma entidade, ou que estava, antes, e que estou hoje, isso não é bom. O debate para uma eleição tem de ter os compromissos éticos e de participação, como tem de ter todas as outras discussões que essa categoria traz e tem de fazer. Não é à toa que trouxemos, aqui, tantas questões e com tantas possibilidade de estratégia.

Discutir eleição, como qualquer outra coisa relativa à nossa profissão, ou da nossa relação com os nossos usuários e com a sociedade que queremos, passa, sim, pela ética. Mas penso que nas análises de desabafo, seria importante que tivesse sido dentro do trâmite para que, de fato, se pudesse apurar se quem desabafa também traz a verdade, ou não, porque não cabe a nós, nem vocês têm a possibilidade de avaliar, no momento. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Obrigado, Daíse, Aiane, Jéssica, Isabel.

Claro que esse debate não se esgota, mas tem o fórum correto, como disse Isabel, e é lá que deve ser debatido, numa perspectiva da consequência. Também entendemos que esse processo democrático, Isabel claramente entende, que faz parte do bom processo da construção do que todos nós queremos.

A Frente Parlamentar agradece pela presença de todos, parabeniza, mais uma vez, toda a categoria, e se junta a Isabel, tendo em vista a proposta de Jéssica, pois acho que é importante. Precisamos ir às ruas construir um grande ato, trazer a categoria, trazer os usuários, como disse Dayse.

É preciso, sim, ter a capacidade de fazer a crítica, a autocrítica, e nova articulação para que, verdadeiramente, os usuários compreendam que essa não é uma luta individual, fisiologista, mas é uma luta na perspectiva de garantia de direitos, portanto, de interesse de todos nós.

Como disse o final do nosso vídeo, para que a nossa esperança seja mais do que vingança, seja sempre o caminho que se deixa de herança. O que deixaremos para os outros,



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

como herança, é a nossa capacidade de lutar, de resistir, de construir um Brasil melhor para todos nós.

Parabéns, um forte abraço.

Está encerrada a Sessão.